

Sumário

Número de notícias: 41 | Número de veículos: 36

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desemprego volta a ter recorde 4

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Acordo de empresas em débito com a Receita é assinado 6

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Declaração de IRPF na reta final 7

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Restituição começa a ser paga na segunda 8

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

R\$4,5 bilhões em auxílio emergencial são devolvidos 9

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desemprego recorde no Ceará - ECONOMIA 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Auxílio é arma que nós temos e que pode ser renovada, diz Guedes 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Receita cresce, e governo tem superavit 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Em escassez de mão de obra, INSS pede mil funcionários ociosos da Infraero 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova salário mínimo de R\$ 1.100 em 2021 sem reposição total da inflação 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Guedes sugere isenção fiscal para transformar Amazônia em polo de empresas sustentáveis 18

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Atraso em regime de previdência preocupa 20

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

STF vai decidir aumento na aposentadoria 21

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mais de 195 mil beneficiários em AL precisam fazer a prova de vida 22

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2021: Veja se você precisa mesmo fazer a declaração	23
<small>CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES SERVIDOR PÚBLICO</small> MPDFT defende que Brasília receba doses extras para vacinação contra covid-19 - EIXO CAPITAL	25
<small>CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO</small> PF: Ibama sob militarização	27
<small>O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA SERVIDOR PÚBLICO</small> Policiais podem ficar de fora do texto da reforma - SERVIDOR	28
<small>FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - RADAR SERVIDOR PÚBLICO</small> Bolsonaro tenta derrubar restrições	29
<small>DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - DESTAQUE SERVIDOR PÚBLICO</small> Desemprego recorde	30
<small>O POPULAR - GO - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO</small> Quinquênio é aprovado	32
<small>CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA</small> Governo pode perdoar dívidas	33
<small>O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA</small> Guedes diz que reforma tributária ampla é "suicida"	34
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA</small> Congresso dobra número de projetos para taxar fortunas	35
<small>CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA</small> "A União não vai se deixar assaltar"	36
<small>O LIBERAL - BELÉM - PA - PANORAMA REFORMA TRIBUTÁRIA</small> Meta é aprovar proposta em 5 meses	37
<small>O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS REFORMA TRIBUTÁRIA</small> Guedes está confiante na aprovação da reforma	38
<small>FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS</small> Gasto menor contra pandemia leva a superávit de R\$ 41 bi	39
<small>O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS</small> Preço do imposto (3)	40
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS</small> Cultura aprova proposta na Justiça e evita falência	41

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Desburocratização - INFORME ESPECIAL	42
A TRIBUNA - ES - CONCURSOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Inscrição para virar servidor efetivo	44
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Governo renoverá auxílio se vacinação não evoluir	45
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Deputados aprovam MP que muda as regras do Fust	46
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES REFORMA TRIBUTÁRIA Comércio vai abrir no próximo feriado - CAPITAL S/A	48
O ESTADO - FORTALEZA - CE - CIDADES SEGURIDADE SOCIAL Projeto do Senado prevê aumento do primeiro emprego entre jovens	49
O LIBERAL - BELÉM - PA - PANORAMA ECONOMIA Guedes defende "patrimônio" industrial do país	50
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Desemprego cresce e bate novo recorde	51
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA 5,6 milhões de trabalhadores passam para grupo de subutilizados em um ano	52
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Qual foi o impulso fiscal de 2020? (2)	54
A GAZETA - MT - CAPA ECONOMIA Mais de 47% da população do Estado está endividada	55

Desemprego volta a ter recorde

Ataxa de desemprego voltou a subir no país e alcançou 14,7% no primeiro trimestre deste ano. A marca representa recorde na série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2012. Com o avanço, o total de desempregados chegou a 14,8 milhões. O grupo reúne pessoas que estavam sem trabalho e seguiam em busca de vagas, com ou sem carteira assinada.

Os dados foram apresentados ontem pelo IBGE. Integram a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), com divulgação mensal.

Entre outubro e dezembro de 2020, a taxa de desemprego estava em 13,9%. Já no primeiro trimestre do ano passado, era menor, de 12,2%.

A chegada da pandemia atingiu em cheio o mercado de trabalho. Com a paralisação de empresas, houve corte de vagas em diferentes setores, e mais brasileiros passaram a procurar trabalho ao longo dos meses.

Segundo o IBGE, o país tinha 12,9 milhões de desempregados no primeiro trimestre de 2020. Ou seja, o grupo teve acréscimo de quase 2 milhões de pessoas em um ano, até chegar a 14,8 milhões entre janeiro e março de 2021. Em relação ao último trimestre de 2020, são 880 mil pessoas a mais que estão sem ocupação.

Por conta dos resultados, Adriana Beringuy, analista da pesquisa do IBGE, entende que a largada deste ano pode ser considerada a pior fase para o mercado de trabalho desde o começo da pandemia.

Segundo ela, a alta no desemprego resultou de uma combinação de dois fatores. O primeiro é o efeito da crise sanitária, que enfraqueceu a economia. Além disso, o início de ano tradicionalmente apresenta avanço no índice de desocupação, com o fim de contratos temporários.

"Uma conjunção de dois fatores levou a esse crescimento. Teve a questão da crise, que comprometeu a absorção de mão de obra, e o período em si, propício para o aumento da taxa de desocupação", pontuou.

O IBGE também informou que a população ocupada (parcela que segue trabalhando) foi estimada em 85,7 milhões no primeiro trimestre, estável em relação ao

período anterior.

Ante igual intervalo de 2020, houve redução de 6,6 milhões de pessoas no grupo.

Já a população fora da força de trabalho ficou em 76,5 milhões, estável frente ao trimestre anterior, mas com acréscimo de 9,2 milhões de pessoas ante igual período de 2020. A população fora da força de trabalho é composta por quem não está ocupado nem buscando novas oportunidades.

Conforme o levantamento, o desemprego foi puxado por duas das grandes regiões: Norte, onde a taxa passou de 12,4%, no último trimestre de 2020, para 14,8%, no primeiro trimestre de 2021, e Nordeste, onde o indicador pulou de 17,2% para 18,6%.

SAIBA MAIS

A taxa de desemprego por sexo foi de 17,9% para as mulheres, maior do que a dos homens (12,2%). No recorte por cor ou raça, o indicador ficou abaixo da média nacional para brancos (11,9%) e acima para pretos (18,6%) e pardos (16,9%).

» Economistas consideram que a retomada consistente do mercado de trabalho depende em grande parte da reação do setor de serviços. Na crise sanitária, serviços diversos foram prejudicados, incluindo bares, restaurantes e hotéis, prejudicados com baixa circulação de pessoas.

Mesmo índice em Brasília

O Distrito Federal seguiu a média nacional e registrou 14,7% de taxa de desemprego. É o maior índice trimestral na série histórica da capital, com aumento de 0,5 ponto percentual em relação ao último trimestre de 2020 e de 0,9 ponto se comparado aos primeiros três meses do ano passado.

Sem alternativas no mercado formal, a precarização do trabalho no Distrito Federal também aumentou.

Houve recuo de 6,2% nas contratações de carteira assinada, enquanto os vínculos informais cresceram em 13,2% no setor privado - este, com refreio de 2,5%.

Conforme o levantamento do IBGE, temos, hoje, aproximadamente 2,6% a mais de trabalhadores atuando por conta própria, com aumento de 27,8% nos

que possuem CNPJ e têm seus negócios registrados, e redução de 5,2% nos que trabalham sem qualquer registro na **Receita Federal**.

De acordo com a Pnad Contínua, o rendimento real médio de todas as pessoas empregadas no Distrito Federal apresentou queda em relação ao último trimestre. Em outubro, novembro e dezembro de 2020, percebia-se uma média de R\$ 4.448; nos três meses iniciais de 2021, o valor caiu para R\$ 4.345, uma redução da ordem de 2,3%.

Auxílio continua se pandemina piorar

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o auxílio emergencial pode ser renovado.

Segundo ele, se o número de mortes por covid-19 continuar em alta, o governo terá que prorrogar a assistência.

Em café da manhã com representantes da indústria em um hotel em Brasília, o ministro afirmou que a decisão final dependerá do movimento da pandemia e de ritmo de vacinação no país.

"O auxílio emergencial é uma arma que nós temos e que pode, sim, ser renovada. Se a doença continuar fustigando, as mortes continuarem, nós vamos ter que renovar", disse.

Guedes ponderou que essa não é a expectativa do governo neste momento.

A atual rodada do auxílio será encerrada em julho. O ministro indicou que não haverá necessidade de renovar a assistência se o programa de vacinação contra o coronavírus atingir de 60% a 70% da população - e 100% dos idosos - até o final de julho. Outro parâmetro usado pelo ministro para dispensar a prorrogação seria uma redução do número diário de mortes para 100, 200 ou 300.

"É uma camada de proteção que pode ser renovada, mas hoje achamos que, se a vacinação em massa progride, pode não ser necessário", afirmou.

Dados das secretarias de saúde mostram, no entanto, que o país está longe de se aproximar dessa marca estabelecida por Guedes na vacinação.

Até esta quarta-feira (26), 20,5% da população havia recebido a primeira dose do imunizante. A segunda dose foi aplicada em 10,1% das pessoas.

Questionado sobre como o governo reagirá em caso de uma terceira onda da pandemia, Guedes lembrou que o Congresso já aprovou o protocolo de ação para

esses casos: o acionamento de uma cláusula de calamidade pública. Essas regras foram aprovadas junto com a renovação do auxílio emergencial, por quatro meses e com limite de R\$ 44 bilhões, em 2021.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-f2843fe2048acb2e687eebe826db352.pdf

Acordo de empresas em débito com a Receita é assinado

Assinado em 18 de maio de 2021 pelo secretário especial da **Receita Federal do Brasil**, José Barroso Tostes Neto, e pelo procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano de Alencar, o novo edital para adesão de contribuintes a acordo de transação tributária para encerrar discussões administrativas ou judiciais de débitos tributários federais é o primeiro que visa a resolver litígios aduaneiros ou tributários decorrentes de relevante e disseminada controvérsia jurídica, uma das possibilidades previstas na Lei nº 13.988/2020.

O novo acordo contempla contribuintes que possuam processos em julgamento, que tratem sobre a incidência de contribuições previdenciárias e destinadas a outras entidades e fundos incidentes sobre a participação nos lucros e resultados, por descumprimento da Lei nº 10.101/2000. A negociação permite que dívidas sejam pagas com até 50% de desconto, e em três modalidades de quitação.

De acordo com o advogado André Vieira, atuante no segmento empresarial, o contribuinte deverá indicar todos os débitos em discussão administrativa ou judicial relativos a tais matérias e desistir das respectivas impugnações administrativas e ações judiciais. "Resumidamente, o objetivo do edital lançado pela Receita é colocar um ponto final em discussões administrativas ou judiciais sobre o tema, eliminando processos que por acaso se arrastem e acabem resultando em mais discussão ou problemas para os negócios".

Ainda segundo o advogado, é essencial que o empresário inclua previamente o eventual parcelamento na programação da empresa, a fim de observar, antes da adesão, o impacto sobre o fluxo financeiro, e assim comprovar se é ou não viável optar pelo encerramento da dívida.

A adesão deve ser realizada pelo sistema Regularize, disponível no site da PGFN em www.gov.br/pgfti

Declaração de IRPF na reta final

A **Receita Federal** informou ontem a entrega de 26,37 milhões de declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2021 ano-base 2020. O prazo de entrega termina na próxima segunda-feira, e a expectativa é que até às 23h59-min do dia 31 cerca de 32 milhões de documentos sejam enviados. No Rio Grande do Sul, foram entregues 1,9 milhão documentos. Quem perder o prazo estará sujeito a multa mínima de R\$ 165,74 e máxima de 20% do imposto devido.

A Receita lançou também um "assistente virtual" para dúvidas de imposto de renda. O chatbot está disponível nas versões do aplicativo 'Meu Imposto de Renda' para celulares e tablets. Se o aplicativo já está instalado, basta atualizá-lo nas lojas virtuais Google Play ou Apple Store. Após a atualização é preciso clicar no ícone e digitar a dúvida.

Entre as dicas trazidas por especialistas, o diretor da For-tus Contábil, Evanir Aguiar, alerta também para o compromisso dos microempreendedores individuais (Mei). O Mei deverá fazer a entrega de sua declaração anual com as informações de seu faturamento até o dia 31, mesmo que tenha pagamentos em atraso. A condição de inadimplente no pagamento do DAS mensal não impede o envio, mas o sistema impede o preenchimento da declaração se não forem gerados os DAS em atraso. A solução, orienta Aguiar, é gerar o DAS mesmo que não se consiga realizar o pagamento para depois negociar um parcelamento.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-d69bc0b1aeafcc63c7d99509a65e0492.pdf

Restituição começa a ser paga na segunda

Letycia Cardoso letydia.cardoso@extra.inf.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

R\$4,5 bilhões em auxílio emergencial são devolvidos

Dinheiro pago indevidamente volta para os cofres públicos. O secretário do Tesouro, Jeferson Bittencourt, afirmou nesta que um montante entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 4,7 bilhões foi devolvido aos cofres federais por pessoas que haviam recebido indevidamente o auxílio emergencial.

O número corresponde aos ressarcimentos feitos ao governo nos quatro primeiros meses deste ano. Somente em abril, foram devolvidos R\$ 700 milhões.

O secretário não detalhou os motivos que levaram essas pessoas a devolverem os recursos. Uma das razões pode ter sido o rigor da **Receita Federal** nas regras de declaração do Imposto de Renda.

Neste ano, pessoas que receberam parcelas do auxílio emergencial em 2020 e tiveram rendimento tributável superior a R\$ 22.847,76 no ano passado tiveram que preencher a declaração. Esses contribuintes são obrigados a devolver o valor do auxílio emergencial.

A regra está prevista na lei que instituiu o auxílio, aprovada pelo Congresso em março do ano passado. Caso dependentes desses contribuintes tenham recebido a assistência, esses valores também precisarão ser devolvidos.

Nas situações em que o fisco identificar que a pessoa tem que devolver o auxílio, é emitido um documento de arrecadação para que seja feito o pagamento.

Para avaliar se a pessoa deve devolver os recursos, é preciso observar apenas os rendimentos tributáveis do ano, sem fazer a soma do valor recebido de auxílio emergencial. O benefício não é considerado rendimento tributável.

Se um beneficiário do programa, por exemplo, recebeu R\$ 1.800,00 da assistência e teve até R\$ 22.000,00 em outros rendimentos tributáveis no ano, ele não terá que devolver nada. Isso porque ficou abaixo do limite de R\$ 22.847,76 dos rendimentos tributáveis.

Para todas as pessoas que superaram esse limite, é necessário devolver o valor integral do benefício recebido no ano passado.

O prazo para entrega das declarações do Imposto de Renda acaba na segunda-feira (31). Em outras

situações de pagamentos indevidos do auxílio, o governo identificou repasses feitos a **servidores públicos** e militares.

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/28-05_776bd46b3b37c5

Desemprego recorde no Ceará - ECONOMIA

RUBENS FROTA

A taxa de desocupação no 1º trimestre de 2021 foi recorde no Ceará, atingindo 15,1% - maior taxa desde 2012. As maiores taxas foram registradas em estados do Nordeste e as menores, no Sul do País. Esses resultados decorrem dos efeitos da pandemia de covid-19 sobre o mercado de trabalho, segundo o IBGE. Em um ano, a população ocupada reduziu em 527 mil pessoas no Ceará, chegando ao segundo menor número da série histórica (3,1 milhões). Também houve queda sobre o último trimestre de 2020, menos 177 mil pessoas ocupadas. Com isso, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no Estado. Nesse 1º trimestre de 2021, o nível de ocupação foi de 40,4%, o menor da série, e a população desocupada estimada é de 549 mil pessoas.

O número de empregados no setor privado, com carteira de trabalho assinada, foi estimado em 697 mil pessoas, ou 55% dos empregos do setor. Sobre igual período de 2020, houve perda de 232 mil pessoas (-25%). Também, houve queda sobre o trimestre anterior (-95 mil pessoas, variação de -12%). Já a taxa de informalidade foi de 53,8% no trimestre encerrado em março deste ano, o que equivale a 1,6 milhão de pessoas sem carteira assinada (empregados do setor privado ou trabalhadores domésticos), sem CNPJ (empregadores ou empregados por conta própria) ou trabalhadores sem remuneração. No trimestre anterior, esse percentual foi 52,94%. O desalento chegou a 11,4%.

Recorde nacional

No Brasil, a desocupação subiu para 14,7% no 1º trimestre, alta de 0,8% sobre o último trimestre de 2020 (13,9%) - equivalente a mais 880 mil pessoas desocupadas, somando 14,8 milhões na fila em busca de um trabalho no País. É a maior taxa e o maior contingente de desocupados de todos os trimestres desde 2012. Desde o trimestre encerrado em maio de 2020, a ocupação está abaixo de 50%, o que indica que menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada no País.

Recorde nacional 2

O total de pessoas subutilizadas, que são aquelas

desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial, no primeiro trimestre, chegou a 33,2 milhões, o maior da série comparável, um aumento de 3,7% com mais 1,2 milhão de pessoas. Os desalentados, que desistiram de procurar trabalho devido às condições estruturais do mercado, somaram 6 milhões de pessoas, ficando estáveis sobre o último trimestre de 2020, seguindo como maior patamar da série.

A exclusão digital prejudicou o acesso das famílias mais pobres ao auxílio emergencial durante a pandemia, diz estudo do FGV/Cemif. Pelos dados, 20% dos entrevistados das classes D e E que tentaram e não conseguiram o auxílio do governo apontam a falta de celular como uma das razões para a não conseguir o benefício -quando consideradas todas as classes, esse percentual é de 7%. Além disso, 22% dos mais pobres alegaram ter tentado e não conseguido o benefício por limitações da internet e 28% disseram não ter conseguido usar o aplicativo da Caixa.

Valores devolvidos

Um montante entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 4,7 bilhões foi devolvido aos cofres federais por pessoas que haviam recebido indevidamente o auxílio emergencial, segundo o Tesouro Nacional. O número corresponde aos ressarcimentos feitos ao Governo nos quatro primeiros meses deste ano. Só em abril, foram devolvidos R\$ 700 milhões. Os motivos da devolução dos recursos não foram informados, mas um deles pode ter sido o rigor da **Receita Federal** nas regras de declaração do Imposto de Renda.

Cinco meses

Após ser cobrado pela indústria por uma **reforma tributária** ampla, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o Governo quer uma reforma ampla, porém "rápida e prática", para ser viabilizada ainda neste ano. "Temos de cinco a seis meses para fazer isso. Eu mesmo tive que abrir mão de alguns pontos, como a desoneração da folha de salários, para aprovarmos uma reforma rápida. Ou seja, todos continuarão onerados, mas pelo menos a economia voltou a crescer mais rápido", admitiu.

Pecém dobra exportações de mármore

O navio Maestro Diamond foi a última embarcação a carregar rochas ornamentais nesse mês de maio no Porto do Pecém. Foram embarcadas 9,04 mi de toneladas de blocos de mármore e granito, a maior quantidade de rochas ornamentais embarcadas em um único navio nos últimos cinco anos dessas operações no terminal portuário. Esse foi o terceiro e último embarque de rochas ornamentais realizado nos cinco primeiros meses do ano, todos com destino ao continente europeu.

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/28-05_776bd46b3b37c5

Auxílio é arma que nós temos e que pode ser renovada, diz Guedes

Bernardo Caram e Thiago Resende *brasil*

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quinta (27) que o auxílio emergencial pode ser renovado. Segundo ele, se o número de mortes por Covid-19 continuar em alta, o governo terá que prorrogar a assistência.

Em café da manhã com representantes da indústria em um hotel em Brasília, o ministro afirmou que a decisão final dependerá do movimento da pandemia e de ritmo de vacinação no país.

"O auxílio emergencial é uma arma que nós temos e que pode, sim, ser renovada. Se a doença continuar fustigando, as mortes continuarem, nós vamos ter que renovar", disse.

Guedes ponderou que essa não é a expectativa do governo neste momento. A atual rodada do auxílio será encerrada em julho.

O ministro indicou que não haverá necessidade de renovar a assistência se o programa de vacinação contra o coronavírus atingir de 60% a 70% da população -e 100% dos idosos- até o fim de julho. Outro parâmetro asado pelo ministro para dispensar a prorrogação seria uma redução do número diário de mortes para 100,200 ou 300.

"É uma camada de proteção que pode ser renovada, mas hoje achamos que, se a vacinação em massa progride, pode não ser necessário", afirmou.

Dados das secretarias de saúde mostram, no entanto, que o país está longe de se aproximar dessa marca estabelecida por Guedes na vacinação. Até quarta-feira (26), 20,5% da população havia recebido a primeira dose do imunizante. A segunda dose foi aplicada em 10,1% das pessoas.

Na conversa com empresários, o ministro afirmou que o auxílio emergencial de 2021 não foi instituído antes em razão da eleição para o comando da Câmara e do Senado.

Quando lhe foi perguntado sobre como o governo reagirá em caso de uma terceira onda da pandemia, Guedes lembrou que o Congresso Nacional já aprovou o protocolo de ação para esses casos: o acionamento

de uma cláusula de calamidade pública. Essas regras foram aprovadas junto com a renovação do auxílio emergencial, por quatro meses e com limite de R\$ 44 bilhões, em 2021.

No entanto, Guedes tem evitado acionar essa cláusula, pois ela abre espaço para aumento do gasto público. Mesmo nos períodos mais letais da pandemia, entre março e abril deste ano, a equipe econômica defendeu que a calamidade pública não fosse acionada.

O ministro, durante o debate desta quinta, porém, disse que, em caso de uma terceira onda e de uma variante que não responde à vacinação, "vamos aumentar a economia de guerra", se referindo à cláusula de calamidade pública, inclusive com mais uma renovação do auxílio emergencial.

Mais de R\$ 4 bi pagos indevidamente foram devolvidos em 2021

O secretário do Tesouro, Jeferson Bittencourt, afirmou nesta quinta-feira (27) que um montante entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 4,7 bilhões foi devolvido aos cofres federais por pessoas que haviam recebido indevidamente o auxílio emergencial.

O número corresponde aos ressarcimentos feitos ao governo nos quatro primeiros meses deste ano. Somente em abril, foram devolvidos R\$ 700 milhões.

O secretário não detalhou os motivos que levaram essas pessoas a devolver os recursos. Uma das razões pode ter sido o rigor da **Receita Federal** nas regras de declaração do Imposto de Renda.

Neste ano, pessoas que receberam parcelas do auxílio emergencial em 2020 e tiveram rendimento tributável superior a R\$ 22.847,76 no ano tiveram que preencher a declaração. Esses contribuintes são obrigados a devolver o valor do auxílio emergencial.

A regra está prevista na lei que instituiu o auxílio, aprovada pelo Congresso em março do ano passado. Caso dependentes desses contribuintes tenham recebido a assistência, esses valores também precisarão ser devolvidos.

Nas situações em que o fisco identificar que a pessoa

tem que devolver o auxílio, é emitido um documento de arrecadação para que seja feito o pagamento.

Para avaliar se a pessoa deve devolver os recursos, é preciso observar apenas os rendimentos tributáveis do ano, sem fazer a soma do valor recebido de auxílio emergencial. O benefício não é considerado rendimento tributável.

Se um beneficiário do programa, por exemplo, recebeu R\$ 1.800,00 da assistência e teve R\$ 22.000,00 em outros rendimentos tributários no ano, ele não terá que devolver nada. Isso porque ficou abaixo do limite de R\$ 22.847,76 dos rendimentos tributáveis.

Para todas as pessoas que superaram esse limite, é necessário devolver o valor integral do benefício recebido no ano passado.

O prazo para entrega das declarações do Imposto de Renda acaba na segunda-feira (31).

Em outras situações de pagamentos indevidos do auxílio, o governo identificou repasses feitos a **servidores públicos** e militares.

REGRAS DO AUXÍLIO DE 2021

Número de parcelas

Serão liberados quatro pagamentos

Valor

As parcelas variam de acordo com a formação familiar. O padrão é de R\$250. Para mulheres chefes de família, o valor será de R\$ 375. Pessoas que vivem sozinhas receberão R\$150 por mês

Quem pode receber

Trabalhadores informais com renda de até meio salário mínimo (R\$ 550) por pessoa e renda familiar total de até três salários mínimos (R\$ 3.300). Também é necessário cumprir critério de rendimento tributável máximo de R\$28.559,70 em 2019 e de patrimônio máximo de R\$300 mil

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

41

Receita cresce, e governo tem superavit

Israel Medeiros

Em contraste com os dados ruins do mercado de trabalho, o Governo Central registrou superavit primário de R\$ 16,5 bilhões em abril, de acordo com dados do Tesouro Nacional divulgados na tarde de ontem. Esse é o melhor resultado desde 2014, quando foi registrado saldo positivo de R\$ 23,4 milhões (corrigido pela **inflação**). No acumulado do ano, houve superavit de R\$ 41 bilhões, diante de deficit de R\$ 95,9 bilhões no mesmo período do ano passado.

Os dados levam em consideração despesas e receitas do Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social**. O resultado de abril, segundo o Ministério da Economia, foi influenciado pela alta na arrecadação e a redução dos gastos no combate à covid-19. Em março, o superavit havia sido de R\$ 2,101 bilhões. Nos primeiros quatro meses do ano, a **Previdência Social**, sozinha, teve deficit de R\$ 76,5 bilhões. Já o Tesouro Nacional e o Banco Central apresentaram superavit de R\$ 118,2 bilhões - o segundo melhor resultado da série histórica, perdendo apenas para o ano de 2008. "O superavit voltou a um nível parecido com o de 2014, em termos de resultado global do governo central", destacou Jefferson Bittencourt, secretário do Tesouro Nacional. Já no acumulado em 12 meses, o resultado primário do governo central até abril foi negativo: houve deficit de R\$ 646 bilhões, o que corresponde a 7,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro. No mesmo período, o deficit previdenciário - Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) Civil e Pensões/Inativos Militares) foi de R\$ 658,3 bilhões, total que representa 4,5% do **PIB**.

O bom resultado em abril, para Bittencourt, é consequência "de uma atividade econômica que vem se recuperando e de uma diretriz de manter a consolidação fiscal, cumprindo estritamente as regras, sem descuidar da pandemia e dos gastos".

Entre os principais fatores que contribuíram para a alta na arrecadação em abril está o recebimento de dividendos de estatais e a devolução de valores do auxílio emergencial pagos indevidamente. Bittencourt afirmou que o valor devolvido em 2021 está entre R\$ 4,5 e R\$ 4,7 bilhões.

"Em 2021, houve uma arrecadação expressiva de dividendos de empresas estatais na casa de R\$ 3 bilhões, que não tem correspondência na arrecadação de 2020 e outros efeitos que promovem esse

incremento de arrecadação que decorrem de peculiaridades do combate à pandemia. Um dos efeitos importantes, por exemplo, das demais receitas é a devolução do auxílio emergencial", explicou Bittencourt.

A receita líquida do Governo Central subiu 58,8% em abril (descontada a **inflação**) em comparação com abril do ano passado. Com isso, chegou a R\$ 139,1 bilhões. Já as despesas totais caíram 34,4% em relação ao mesmo período.

Bittencourt afirmou, também, que há vários componentes extraordinários determinantes para a alta na arrecadação, mas que é "inegável" que exista um "componente expressivo de recuperação econômica".

Fitch mantém avaliação negativa

A agência de classificação de risco Fitch manteve negativa a perspectiva da nota da dívida pública brasileira. A decisão significa que a agência pode reduzir a nota de crédito do país nos próximos meses ou anos. Desde maio do ano passado, a Fitch mantém o Brasil com perspectiva negativa. Atualmente, a agência concede nota BB- para o país, três níveis abaixo do grau de investimento, que representa uma garantia de que não há risco de calote na dívida pública. A agência informou que a perspectiva negativa decorre de riscos para o reequilíbrio das contas públicas e a possibilidade de atraso na recuperação econômica do país.

Em escassez de mão de obra, INSS pede mil funcionários ociosos da Infraero

Thiago Resende Brasília

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) negocia a transferência de mil trabalhadores da Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) para auxiliar no atendimento a beneficiários da **Previdência Social**.

O órgão federal prevê um forte encolhimento do quadro de funcionários até o fim deste ano. O empréstimo dos funcionários da estatal do setor aéreo é uma solução para evitar que atividades que tratam da **Previdência Social** sejam comprometidas.

Em ofício enviado ao Ministério da Economia, o presidente do **INSS**, Leonardo Rohm, estima que, até dezembro, haverá uma "severa redução em sua força de trabalho", com o encerramento de 2.500 contratos temporários e quase 4.000 aposentadorias de servidores da carreira.

Desde 2016 até este ano, foi registrada uma diminuição de 10 mil funcionários no órgão. O quadro de pessoal do **INSS** caiu de 33 mil para 23 mil no período.

A escassez de funcionários foi apontada como uma das causas para o aumento da fila de espera para análise de pedidos de aposentadorias e benefícios da **Previdência Social**, entre 2019 e 2020.

Quando lhe foi perguntado sobre o assunto, o **INSS** afirmou que "a maioria dos empregados da Infraero deverá atuar nas atividades de apoio e no atendimento aos segurados" e, com isso, servidores da carreira de seguro social serão deslocados para as atividades específicas de análise dos requerimentos de benefícios para maior efetividade e celeridade na entrega dos serviços.

A negociação com a Infraero ocorre em meio à previsão de mais de 20 leilões de aeroportos e de redução das atividades da empresa pública. O governo busca uma solução para esses trabalhadores, que devem ser realocados.

A Infraero tem atualmente 7.600 empregados, dos quais 2.100 cedidos a outros órgãos. Para o **INSS**, são 251, de acordo com o balanço mais recente informado pela estatal responsável pela administração de

aeroportos.

Sobre a transferência de quase mil funcionários ao **INSS**, a Infraero disse que isso dependerá de autorização da pasta de Paulo Guedes e que será feita de forma a não comprometer o funcionamento da estatal.

"A empresa trabalha em conjunto com os órgãos públicos interessados nos seus empregados no sentido de que a liberação dos funcionários ocorra de forma escalonada e atenda o compromisso da Infraero de manter as operações da sua rede de aeroportos até a transferência dos terminais para as empresas vencedoras dos leilões de concessão", afirmou a estatal, em nota.

A equipe econômica quer aprovar no Congresso uma reforma das regras do funcionalismo público, a chamada reforma administrativa. O objetivo é reduzir os custos com pessoal e, conseqüentemente, da máquina pública.

Guedes tem barrado a abertura de concursos públicos, em linha com a agenda liberal de corte de gastos. Mas, diante da redução no quadro, o **INSS** passa por um aperto, inclusive para bancar trabalhadores atualmente na ativa.

No ofício enviado ao Ministério da Economia, Rohm pede que o governo amplie a margem que o **INSS** tem para compensar a remuneração dos servidores que originalmente são de outras áreas do Executivo.

Quando um empregado público é cedido ao **INSS**, por exemplo, o salário é pago pelo órgão original, mas o **INSS** precisa pagar um reembolso desses valores.

Atualmente, a margem do **INSS** para essas compensações é de R\$ 19,5 milhões. Porém, são necessários pelo menos R\$ 57 milhões em 2021 para bancar os 478 funcionários de outros órgãos e que foram cedidos para compor a força de trabalho da **Previdência Social**.

Portanto, já há um déficit de verba de R\$ 37,5 milhões -isso sem contar com a perspectiva de transferência de mais servidores ao **INSS** até o fim deste ano, que pode custar mais R\$ 80,5 milhões.

O **INSS** não informou qual é o patamar ideal para que o órgão funcione e os serviços sejam devidamente prestados. "Encontram-se em andamento estudos para o dimensionamento da força de trabalho no âmbito da autarquia", afirmou.

Entre os 23 mil que hoje atuam no **INSS**, há servidores de carreira, temporários e aqueles cedidos por outros órgãos.

Até o fim deste ano, por causa do fim de contratos temporários e de aposentadorias, esse quadro de funcionários deve cair para 16,5 mil, o que, segundo integrantes do órgão, prejudicaria a prestação de serviços.

Entre 2019 e 2020, o **INSS** teve dificuldade em analisar a quantidade de pedidos de benefícios, que cresceram diante da digitalização dos processos.

No entanto, a redução do efetivo do órgão era um problema anunciado. O governo já contava com a queda no número de servidores ativos da autarquia em razão das aposentadorias.

Para solucionar o problema da fila de espera por benefícios, foi criada uma força-tarefa no início do ano passado, após duas tentativas fracassadas, em 2019 e em 2018, para acabar com o estoque de requerimentos sem resposta.

O plano do ano passado previu aumento temporário de funcionários no **INSS** por meio da contratação de militares e senadores aposentados.

Já em 2021, o problema foi mais focado na demora para analisar requerimentos de BPC -benefício assistencial pago a idosos e pessoas com deficiência carentes. Em janeiro, eram mais de 500 mil em atraso.

O **INSS**, então, anunciou uma operação entre fevereiro e março para que 1.400 funcionários trabalhassem de forma exclusiva na avaliação dos pedidos de BPC.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

41

Senado aprova salário mínimo de R\$ 1.100 em 2021 sem reposição total da inflação

Washington Luiz Brasília

O Senado aprovou na noite desta quinta-feira (27) a medida provisória que estabelece o salário mínimo de R\$ 1100 a partir de primeiro de janeiro deste ano.

A proposta recebeu aval após votação simbólica e segue para promulgação porque não houve alterações em relação ao texto apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro.

A mudança não prevê ganho real ao trabalhador. De acordo com a inflação oficial divulgada em janeiro, o piso deveria ter subido de R\$ 1.045 para R\$ 1.102 para repor as perdas, em vez dos R\$ 1.100 propostos pelo governo.

O reajuste do salário mínimo gera impacto nas contas públicas porque aposentadorias e outros benefícios são atrelados ao piso nacional.

Para cada R\$ 1 de reajuste, o custo aos cofres públicos é elevado em R\$ 351,1 milhões.

Assim, o reajuste provocará um aumento direto de gastos do governo federal no valor de R\$ 19,3 bilhões, segundo dados da Consultoria Legislativa do Senado.

O ganho real do salário mínimo foi implementado informalmente em 1994, por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), logo após a adoção do Plano Real. As gestões petistas oficializaram a medida.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estabeleceu a fórmula de reajuste pela inflação medida pelo INPC mais a variação do PIB de dois anos antes.

Dilma Rousseff (PT) transformou a regra em lei. Michel Temer (MDB), que governou durante a recessão, não mudou a legislação.

A proposta enviada pelo Executivo não sofreu alterações em nenhuma das Casas. Se não fosse aprovada até 1º de junho, ela perderia a validade.

Os senadores também votaram a medida provisória que define novos critérios para concessão do BPC (benefício assistencial para idosos e pessoas com deficiência).

Como sofreu alterações na Câmara, o texto vai para sanção. A medida também perderia validade em ride junho.

Pelo texto aprovado, terão direito ao benefício pessoas com deficiência ou idosos com renda familiar mensal per capita de até 25% do salário mínimo.

De acordo com as novas regras, esse limite poderá ser ampliado para até meio salário mínimo dependendo do grau da deficiência, da dependência de terceiros para o desempenho de atividades diárias e do comprometimento do orçamento familiar com gastos médicos, tratamentos de saúde, fraldas, alimentos especiais e medicamentos do idoso ou da pessoa com deficiência não disponibilizados gratuitamente pelo SUS (Sistema Único de Saúde) ou com serviços não prestados pelo Suas (Serviço Único de Assistência Social).

O BPC tem valor de R\$ 1.100 (um salário mínimo) e é pago mensalmente. Podem solicitar o benefício idosos e pessoas com deficiência que comprovem não ter condições de se sustentar nem auxílio da família.

Esses beneficiários poderão ser convocados para avaliação das condições que levaram à concessão ou manutenção do BPC. A perícia médica e social ficará a cargo do INSS.

A MP prevê que dívidas de beneficiários por recebimento irregular do BPC ou do auxílio-inclusão poderão ser consignados no valor mensal dos benefícios.

INCLUSÃO DE 82 MUNICÍPIOS DE MINAS E ESPÍRITO SANTO NA SUDENE VAI PARA SANÇÃO

Em tramitação no Congresso desde 2007, a medida foi aprovada pela Câmara em 2017 e, desde então, enfrentava dificuldades para ser aprovada no Senado, o que ocorreu nesta quinta (27). Desde o início, congressistas do Nordeste vinham se manifestando contra a proposta por considerarem que ela retiraria recursos destinados para a região.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

41

Guedes sugere isenção fiscal para transformar Amazônia em polo de empresas sustentáveis

Bernardo Caram e Thiago Resende *brasil*

O ministro Paulo Guedes (Economia) defendeu nesta quinta-feira (27) que a Amazônia se torne um polo de empresas sustentáveis, especialmente da área de tecnologia. "O futuro é verde digital" disse em evento com empresários do setor industrial.

Guedes apresentou a ideia de conceder isenção de Imposto de Renda por 20 anos a empresas que se instalem no local e citou como exemplo Tesla, Amazon e Natura.

Para ele, o Brasil precisa ampliar a atuação no mercado de carbono. "Uma árvore vale mais vivo do que morta."

As declarações são feitas em meio a críticas à política ambiental do governo Jair Bolsonaro.

Em abril, pelo segundo mês seguido a Amazônia bateu o recorde recente de desmatamento, segundo dados do Deter, sistema do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Foi também o pior abril da série histórica atual, que tem início em 2015 -os dados anteriores eram menos precisos.

Aos industriais Guedes também defendeu que a **reforma tributária** a ser debatida com o Congresso preveja deduções para empresas que comprarem máquinas e equipamentos.

"Já que é para dar isenção, vamos dar isenção desse tipo", disse Guedes, no evento Diálogo com a Indústria, realizado em um hotel em Brasília.

O ministro, no entanto, não deu detalhes de qual deve ser a proposta para incentivar a aquisição de máquinas e equipamentos para promover o investimento no país.

No encontro, o ministro disse estar otimista com o avanço da **reforma tributária** no Congresso e previu que a proposta, que ainda não foi completamente apresentada aos parlamentares, será aprovada até o fim do ano.

Em acordo com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), a equipe econômica pretende fatiar a **reforma tributária**, dividindo os temas entre as duas Casas.

Os projetos que tratam de **impostos** sobre a renda e o consumo devem começar pela Câmara, por exemplo, enquanto o chamado passaporte tributário (renegociação de dívidas tributárias) seria debatido primeiro pelo Senado.

Segundo Guedes, a ideia é que cada Casa analise as pro-postas fatiadas entre 30 dias e 60 dias. Os textos, porém, ainda não têm previsão para serem enviados ao Congresso.

Lira encerrou as discussões em comissão especial na Câmara, o que inviabilizou os debates em uma comissão mista na qual deputados e senadores trabalhavam em uma única proposta de **reforma tributária**.

No debate, Guedes disse que a **reforma tributária** ampla, defendida por líderes da Câmara, não avançou, pois a proposta previa uma reestruturação do sistema de **impostos** "às custas da União".

A PEC (proposta de emenda à Constituição) da **reforma tributária** apresentada por integrantes da Câmara prevê a unificação de **impostos** federais, estadual (ICMS) e municipal (ISS).

O projeto de Guedes é para que, num primeiro momento, **impostos** federais (PIS e Cofins) sejam fundidos e, futuramente, outros **tributos** possam ser acoplados a esse, inclusive o ICMS e ISS, se for de interesse dos demais entes da federação.

Na PEC da Câmara, havia a previsão de um fundo com recursos federais para bancar eventuais perdas de estados e municípios, além de estimular o desenvolvimento regional. Segundo o ministro, isso representaria um custo de quase R\$ 500 bilhões, o que, nas palavras dele, seria um saque à União.

Guedes disse também que as discussões sobre um novo tributo nos moldes da extinta CPMF foram

interditadas e, por isso, teve de abrir mão da ideia de desonerar a folha de pagamentos.

"Se o imposto foi interdito, não vou brigar por ele", afirmou ele. "Eu preferia desonerar a mão de obra com o imposto sobre transações. Tive de abrir mão disso. Não há tempo para uma discussão satisfatória do tema", disse.

Desde a campanha presidencial de 2018, Guedes defende que os encargos sobre a contratação de mão de obra sejam reduzidos ou zerados, o que, segundo ele, estimularia a formalização do mercado de trabalho. O plano, contudo, não avançou até hoje.

Atualmente, as empresas pagam um percentual da remuneração dos empregados e esses recursos servem para bancar os gastos da **Previdência Social**, pois o fundo de aposentadoria, pensões e benefícios previdenciários dos trabalhadores da iniciativa privada é deficitário.

O maior opositor do tributo foi o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ). Agora, à frente da Casa, um aliado de Bolsonaro, Arthur Lira, aceita que a medida seja discutida, mas acredita que essa não é a prioridade para o momento.

Hackers invadem transmissão de encontro de ministro com empresários

O grupo gritou, fez barulho, tocou músicas e mostrou imagens pornográficas enquanto o evento de Paulo Guedes com empresário ocorria, em Brasília. A interferência foi feita na videoconferência preparada para que jornalistas fizessem perguntas aos participantes da reunião. A invasão foi na plataforma Zoom. Na transmissão para o público geral, feita por outro site, não houve problemas. No hotel em Brasília onde Guedes se encontrava, a invasão também não foi notada.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

41

Atraso em regime de previdência preocupa

Juliana Schincariol Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186890

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186890

STF vai decidir aumento na aposentadoria

Fernando Bianchi

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar entre 4 e 11 de junho se a chamada "revisão da vida toda" se aplicará a todos os aposentados e segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Podem ter direito à revisão beneficiários que tiveram pagamentos com data de início entre novembro de 1999 e novembro de 2019, e a estimativa de especialistas previdenciários é de que cerca de 14 mil pessoas possam requerer a revisão no Estado.

O prazo que abrange a revisão é contado a partir da aplicação da regra de transição contida na Lei 9.876, de 1999.

A revisão inclui no cálculo da aposentadoria as contribuições da vida toda do trabalhador, já que a lei publicada em 1999 excluiu do cálculo as contribuições anteriores a julho de 1994.

A advogada previdenciária Renata Prado explicou que a revisão pode aumentar o valor do benefício recebido, caso as contribuições anteriores a 1994 sejam maiores do que as posteriores.

"Em 1999 o **INSS** alterou a forma de cálculo, e foram desconsiderados os salários anteriores de muitos trabalhadores. Há trabalhadores que tiveram maior contribuição no início da vida laborativa, antes de 1994, e isso interferiu diretamente no valor do benefício", disse.

O advogado previdenciário Gerson de Souza alertou que o cálculo da correção deve ser feito com cuidado, já que também pode reduzir o valor do benefício.

"Se entrar com ação para computar-se o que contribuiu lá atrás, pode reduzir, se a pessoa recebeu salários ruins antes de 1994", disse o especialista.

Ele destacou, entretanto, que uma decisão do STF favorável aos segurados vai agilizar os processos daqueles que pedem a revisão para receber benefício maior, já que atualmente as decisões estão paralisadas, aguardando o posicionamento da Corte.

A diretora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) Maria Regina Couto Uliana destacou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu o direito da revisão a todos os beneficiários.

"É injustiça quem contribuiu com altos salários até 1994, e depois teve menores rendimentos, receber um benefício menor do que quem contribuiu com menos. O julgamento terá repercussão geral, e a decisão do STF deverá ser usada para todas as decisões a partir de então", afirmou.

Mais de 195 mil beneficiários em AL precisam fazer a prova de vida

Por Hebert Borges

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) informou que vai retomar, a partir do próximo mês de junho, a realização de prova de vida para os beneficiários do órgão. Da mesma forma, será retomada a rotina de bloqueio dos créditos dos benefícios por falta de prova de vida, a partir da competência do mês de maio, para os residentes no Brasil.

Segundo o Instituto, 195.656 beneficiários precisam fazer a prova de vida em Alagoas. Em 2020 fizeram, de forma válida, 226.339 segurados e, em 2021, até a competência abril, foram 115.353. De acordo com a Portaria 1.299, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 deste mês, a rotina iniciará com os benefícios em que não houve a realização da comprovação de vida por nenhum canal disponibilizado para tal procedimento, sendo estes selecionados para integrar o primeiro lote do processo de comprovação de vida por biometria facial.

O **INSS** destaca ainda que a prova realizada junto às instituições financeiras continuam válidas e podem ser realizadas normalmente. A prova de vida tem a finalidade de comprovar que o beneficiário do **INSS** ainda vive e deve ser realizada anualmente. Ampliada no último mês de fevereiro para cerca de 5,3 milhões de beneficiários, a prova de vida por biometria facial está disponível no aplicativo Meu **INSS** e no site gov.br.

A partir da competência de junho de 2021, o bloqueio resultante da falta de prova de vida dos demais beneficiários residentes no Brasil seguirá de forma escalonada. Se o beneficiário perder o prazo e o benefício for bloqueado, será necessário pedir a reativação de forma remota, através do site ou do aplicativo Meu **INSS**. No endereço eletrônico, serão solicitados documentos pessoais, como CPF e RG, além do comprovante de residência. Após preencher o requerimento on-line, o beneficiário deverá comparecer ao banco para concluir a realização da prova de vida.

O **INSS** permite ainda que alguns beneficiários realizem a prova de vida em domicílio, sendo realizado por meio da visita de um funcionário do órgão à casa do segurado. Mas esse direito é garantido apenas a maiores de 80 anos e a pessoas a partir de 60 anos

que possuam dificuldade de locomoção. É preciso comprovar essa condição de saúde por documento médico. O atendimento deve ser agendado pelo site Meu **INSS** ou pelo telefone 135.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=4478#book/>

Imposto de Renda 2021: Veja se você precisa mesmo fazer a declaração

Colaboração para o UOL, de São Paulo

Uma dúvida comum de quem não costuma fazer Imposto de Renda é saber se precisa ou não entregar a declaração neste ano. Você é obrigado a preencher o IR 2021 caso se encaixe em pelo menos uma das situações que serão detalhadas a seguir.

Não se esqueça que o prazo para entrega da declaração termina às 23h59 de segunda-feira, dia 31 de maio, pelo horário de Brasília.

A situação mais comum que exige a entrega de declaração é o recebimento de salários, aposentadoria ou pensão do **INSS**, pensão alimentícia, renda de aluguéis ou rendimentos como autônomo. Todas essas fontes de renda são consideradas rendimentos tributáveis na declaração.

Se a soma de todos esses rendimentos no ano passado superou R\$ 28.559,70, é necessário fazer o Imposto de Renda. Se você recebe aposentadoria e renda de aluguel, por exemplo, deve considerar a soma dos dois.

Se você é funcionário ou trabalha como MEI, os valores são pagos por uma empresa (pessoa jurídica). No caso de aposentados e pensionistas, a fonte pagadora é o **INSS**, que também é pessoa jurídica. Por essa razão, esses valores entram na ficha rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica da declaração.

Já no caso de pensão alimentícia, renda de aluguel e do trabalho autônomo, normalmente a fonte pagadora é outra pessoa física. Logo, esses valores entram na ficha rendimentos tributáveis recebidos de pessoa física.

Uma novidade neste ano é a exigência de entrega de declaração de Imposto de Renda para quem recebeu o auxílio emergencial junto com outros rendimentos tributáveis (como salários ou rendimentos de autônomo) que tenham somado mais de R\$ 22.847,76 no ano passado.

Quem se enquadrar nesse caso, além de ter que fazer a declaração, terá que devolver parte do valor recebido do auxílio até 31 de maio, último dia para entrega do documento. Vale ressaltar que a devolução

tem que ser feita à vista. Não é possível parcelar o valor.

É importante esclarecer que nem todo mundo que recebeu o auxílio precisa declarar. Por exemplo, se você estava desempregado e recebeu o auxílio, mas voltou a trabalhar em algum momento de 2020, verifique se os salários do novo emprego somaram mais de R\$ 22.847,76 no ano passado.

O mesmo raciocínio vale para seus dependentes, como filhos ou pais. Se eles receberam auxílio e você teve renda acima do limite citado acima, precisa declarar e devolver parte das parcelas do auxílio.

Outra situação que obriga uma pessoa a fazer declaração de Imposto de Renda é ter recebido valores considerados isentos ou não tributáveis em montante superior a R\$ 40 mil no ano passado.

Os casos mais comuns que se enquadram nessa situação são de indenização trabalhista e de saque do FGTS. O saque pode ser por qualquer razão, como saque emergencial, devido à demissão ou para compra de imóvel.

Se você vendeu algum bem no ano passado, como uma casa, apartamento, terreno, ou mesmo uma moto ou carro, e teve lucro nessa negociação, é necessário fazer a declaração de Imposto de Renda.

Além da declaração, você também precisará preencher o programa que calcula ganho de capital (GCAP 2020) e depois transportar os dados desse programa para o programa do IR 2021.

Fique atento, pois você já pode estar devendo imposto para a **Receita Federal**. O pagamento do imposto sobre ganho de capital normalmente deve ser feito no mês seguinte à venda do bem.

Se você vendeu um imóvel no ano passado e comprou outro no período de até 180 dias para aproveitar a isenção de imposto sobre ganho de capital na venda do bem, também precisa fazer declaração do IR 2021 e preencher o programa GCAP 2020.

Se você possui imóveis, veículos, investimentos ou outros bens que, juntos, somavam mais de R\$ 300 mil no ano passado, é necessário declarar.

Na hora de fazer essa conta, você deve considerar o valor que pagou na época da compra dos bens, e não o valor atual ou de mercado deles.

Você terá que fazer declaração se comprou ou vendeu ações, opções, contratos futuros ou outros ativos negociados na Bolsa de Valores no ano passado.

Não importa o valor ou a quantidade movimentada, é necessário preencher o IR 2021, em especial as fichas de renda variável e de bens e Direitos.

O produtor rural que obteve receita de mais de R\$ 142.798,50 no ano passado com sua atividade, como agricultura, pecuária etc, deve fazer o IR 2021. Caso tenha acumulado prejuízo em anos anteriores, pode fazer a declaração para compensar as perdas.

Quem se enquadrar nessa situação deve preencher especificamente o demonstrativo de atividade rural dentro do programa do IR 2021.

O brasileiro que estava vivendo no exterior e voltou a morar no Brasil em qualquer mês do ano passado, e permaneceu no país até 31 de dezembro de 2020, está obrigado a apresentar a declaração de Imposto de Renda.

Da mesma forma, o estrangeiro que adquiriu a condição de residente no Brasil em 2020, e permaneceu aqui até 31 de dezembro de 2020, também deve fazer o IR 2021.

Considera-se estrangeiro residente aquele que obteve visto permanente na sua chegada ao país; ou entrou com visto temporário e conseguiu um contrato de trabalho no país; ou veio atuar como médico bolsista do Programa Mais Médicos; ou permaneceu no país por mais de 183 dias, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses.

Você também pode declarar sem ser obrigado. Nesse caso, a declaração tem como finalidade receber de volta algum valor de imposto que foi retido na fonte no ano passado, ou simplesmente para comprovar sua renda ou patrimônio.

A declaração pode ser usada para obter um financiamento no banco ou tirar visto no passaporte para viajar para outro país. Nesse caso, você pode entregar a declaração quando quiser, sem multa.

Para quem é obrigado a fazer a declaração de Imposto de Renda, o prazo para enviar o documento para a **Receita Federal** termina às 23h59 de segunda-feira, dia 31 de maio.

Quem atrasar a entrega terá de pagar multa de 1% sobre o imposto devido ao mês, com valor mínimo de R\$ 165,74 e máximo de 20% do imposto devido.

O programa para preenchimento do IR 2021 está disponível para download, tanto na versão para computador como para celulares Android e IOS.

Site: <https://economia.uol.com.br/imposto-de-renda/noticias/redacao/2021/05/28/imposto-de-renda-2021-veja-se-voce-precisa-fazer-a-declaracao.htm>

MPDFT defende que Brasília receba doses extras para vacinação contra covid-19 - EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS

A força-tarefa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) que acompanha as ações de combate à pandemia está preocupada com a distribuição de vacinas contra covid-19 para servidores federais. A avaliação é de que o Ministério da Saúde deve enviar cotas específicas para os funcionários públicos da União, inclusive das forças de segurança, como policiais federais, policiais rodoviários federais e membros das Forças Armadas, e agora recentemente integrantes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Servidores da Anvisa e do próprio Ministério da Saúde também serão contemplados. Para acelerar a imunização na capital, o Ministério Público espera que o Distrito Federal seja tratado como capital e sede do governo federal, com as suas peculiaridades. Para isso, basta que Brasília receba cotas extras para atender esse contingente federal sem sobrecarregar os demais moradores do DF.

Turismo de vacina

Não dá para contabilizar. Mas é cada vez mais comum que moradores de outras unidades da federação venham visitar seus familiares em Brasília - de onde há famílias de todas as origens do país - para receber uma dose de imunizante. O SUS é universal. Mas o DF precisa receber vacinas extras para atender o turismo de vacinas.

Presidente de Comissão da OAB-DF contesta Pertence

A presidente da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/DF, Cíntia Cecílio, divulgou uma nota para rebater declarações do advogado Evandro Pertence em entrevista à coluna. Ele reclamou de ter sido excluído de um debate promovido pela Ordem sobre o filme brasileiro Maria Luiza, o caso da militar transexual que havia sido excluída das Forças Armadas por questões sexuais. Cíntia afirma que Pertence está distorcendo os fatos por questões políticas. Ele teria sido retirado da sala virtual porque o debate era restrito aos palestrantes convidados, e os demais interessados deveriam acompanhar o evento pela transmissão no canal do YouTube da OAB-DF.

"Se, previamente, ele tivesse nos procurado e manifestado o seu interesse em fazer parte do evento, teria participado. Se ele tivesse esclarecido em cima da hora, dentro do chat do Zoom quem era e o seu propósito, teria participado. O que não é certo é ele fazer uso político de uma situação quando não houve qualquer intenção da Ordem de expulsá-lo. Ele que se colocou em situação desagradável e lamentável", afirma a advogada. "Em total transparência, esclareço que conversei com ele. Trocamos mensagens, após o ocorrido. Ele não aceitou nosso pedido de desculpas, feito logo após terminarmos a live. Fizemos um pedido de desculpas não porque tenha sido errado tirá-lo da sala, mas porque não se fez nada intencionalmente. Qualquer questão que pudesse magoar a sua pessoa, ofendê-lo, estava longe de nós. Ele não aceitou. Está distorcendo os fatos", acrescenta Cíntia. Pertence afirma que foi convidado por um dos palestrantes, Max Telesca, com quem trabalhou na causa de Maria Luiza.

Clima quente

Está quente o embate para a sucessão na OAB-DF e no Conselho Federal. Muitos capítulos até novembro, quando ocorrerá a eleição.

Brasília será sede dos Jogos Universitários Brasileiros

Depois de 15 anos, Brasília voltará a receber os Jogos Universitários Brasileiros - JUBs 2021. O lançamento oficial da maior competição universitária da América Latina foi realizado ontem pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário e pelo Governo do Distrito Federal. Previsto para ocorrer de 10 a 18 de outubro de 2021, o evento conta com o apoio do deputado federal Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF) e do deputado distrital Rodrigo Delmasso (Republicanos-DF). "A realização deste evento aqui em Brasília demonstra que a nossa cidade está pronta para retomar o seu protagonismo e, ao mesmo tempo, voltar à rota dos grandes eventos esportivos", destaca Júlio César. A estimativa é de que a competição envolva 25 modalidades, 890 instituições de ensino participantes, incluindo o paradesporto, jogos eletrônicos e 6 mil pessoas, entre esportistas e comissão técnica.

Queixa de falta de insumos

O Hospital de Base do Distrito Federal pode bloquear serviços por deficit de recursos. A queixa foi encaminhada ao Sindicato dos Médicos do Distrito Federal pelo diretor clínico do Hospital, Weldson Muniz Pereira. O médico alerta que a falta de insumos e equipamentos de proteção individual compromete a assistência e a segurança dos pacientes e aumenta a exposição dos trabalhadores a risco. Pacientes oncológicos, renais crônicos, portadores de hemopatias e transplantados, entre outros que só encontram atendimento público no Hospital de Base podem ser prejudicados. O diretor clínico do hospital solicitou auxílio ao Sindicato dos Médicos, ao Conselho Regional de Medicina e ao Ministério Público.

Protocolo de segurança

Não se sabe se a pandemia terá arrefecido na época dos JUBS. Segundo o deputado Júlio César, para garantir a segurança, os participantes vão seguir um protocolo rígido de prevenção à covid-19, como o uso de máscara, álcool gel, aferição de temperatura e distanciamento social. Todos os atletas e participantes também precisarão passar por testes de detecção do vírus. Espera-se que estejam vacinados.

Só papos

"Vai para a CPI também?" Deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)

"Bananinha, enquanto você produz fakenews e cloroquina, com esse ovo, vamos produzir duas doses da Butanvac. Podem me chamar na CPI que vou. Quem não deve não teme. Não foge de CPI nem do COAF. Sobre os kits intubação, estamos fazendo aqui o trabalho que o papai não fez".

Governador de São Paulo, João Doria (PSDB)

PF: Ibama sob militarização

Israel Medeiros

Servidores do Ibama ouvidos pela Polícia Federal na Operação Akuanduba, que investiga o envolvimento do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em crimes ambientais, afirmaram, em depoimento, que o órgão tem sofrido uma espécie de desmonte desde que Salles e Eduardo Bim (presidente do Ibama) assumiram os cargos. Um dos funcionários públicos ouvidos pela PF é um analista ambiental, que denunciou, entre outras irregularidades, a militarização do órgão.

Segundo ele, várias funções que eram antes exercidas por funcionários de carreira passaram a ser de militares - em especial, integrantes da Polícia Militar de São Paulo. O servidor disse acreditar que os policiais tenham sido indicados para o Ibama devido ao fato de Salles ter um histórico de proximidade com a PMSP. O ministro exerceu as funções de secretário particular e do meio ambiente no governo de Geraldo Alckmin.

O depoente cita que um ex-integrante da PMSP, conhecido como "Coronel Walter" - referindo-se a Walter Mendes Magalhães Junior -, foi o responsável por assinar as certidões que supostamente acobertavam as cargas de madeira ilegal da Tradelink Madeiras. O PM passou pela superintendência do Ibama no Pará e deixou o cargo - sendo substituído por outro PM de São Paulo - para ser coordenador-Geral de Fiscalização, em 2020. Walter foi posteriormente exonerado por Salles no mesmo ano.

"Diversos postos-chaves do Ibama estão nas mãos de militares que não apenas foram nomeados pelo Ministro Salles, mas, aparentemente foram escolhidos por ele para exercer tais funções", diz outro trecho do relatório. A PF detalha ainda que o servidor, que falava pela segunda vez, alegava ter sofrido represália dentro do Ibama depois de prestar seu primeiro depoimento, um mês antes. Ele contou que foi removido de uma unidade a outra do Ibama de forma arbitrária, sem levar em conta procedimentos necessários, como a anuência do servidor. "Acredita que a remoção foi realizada em represália à atuação do depoente durante os trabalhos relacionados a exportação ilegal de produtos florestais", detalha a PF. No relatório, a PF indica que as informações colhidas "sinalizam fortemente para a existência, naquela ocasião, de grave esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais, envolvendo autoridades de diversos níveis do Ibama, dentre eles, destacadamente, o próprio presidente órgão (Eduardo

Bim)". E continua: "Mais que isso: esses mesmos elementos até então reunidos, a nosso ver, apresentam, também, fortes indícios de envolvimento do atual Ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles", concluiu.

Políciais podem ficar de fora do texto da reforma - SERVIDOR

Paloma SAVEDRA

Um movimento na Câmara dos Deputados, encampado por parlamentares da bancada da base, busca apoio para retirar policiais e outros agentes de Segurança Pública do texto da reforma administrativa (PEC 32). A avaliação, porém, é de que será difícil de emplacar essa medida, e a alternativa apontada é abrandar regras para esses servidores.

Uma emenda, de autoria do deputado Nicoletti (PSL-RR) - que é policial rodoviário federal -, por exemplo, amplia o prazo para as regras da reforma (se a proposta passar) começarem a valer para a área. A sugestão de aditivo também prevê outras diferenciações em relação às demais carreiras do serviço público.

PREOCUPAÇÃO DO GOVERNO

Na verdade, o poder de articulação das forças de segurança, que já pressionam o Legislativo, preocupa parlamentares e governistas. E a mobilização dos policiais federais, rodoviários federais, policiais civis dos estados e outras carreiras do setor também reforça a atuação das demais categorias do funcionalismo para barrar o projeto.

PROPOSTA

32/20 PEC foi entregue ao Congresso em setembro de 2020. Texto é uma das prioridades do ministro da Economia, Paulo Guedes, que defende reformulações no setor público desde o início de sua gestão

Fim do regime jurídico único

A PEC 32 ainda começará a ser analisada por uma comissão especial - etapa considerada fundamental para as articulações de deputados favoráveis ao texto, oposição e servidores.

O texto prevê o fim da estabilidade e do regime jurídico único de futuros funcionários públicos e abre caminho para projetos complementares que vão enxugar carreiras e cargos na administração pública.

SOLUÇÃO PARA PODERES

Alerj quer votar semana que vem

Já se antecipando a medidas que terão que ser implementadas por exigência do novo Regime de Recuperação Fiscal, a Alerj quer votar na próxima semana o projeto que aponta uma saída financeira para que os Poderes e instituições autônomas não estourem gastos com pessoal.

Hoje, audiência para tratar do tema, convocada pela Comissão de Tributação, abrirá caminho para a votação. Presidente do colegiado, o deputado Luiz Paulo (Cidadania) confirmou que representantes do TJ, MP, TCE, Defensoria e governo, além do Legislativo, foram convidados para a reunião.

De autoria do presidente da Casa, André Ceciliano (PT), o PLC 40 prevê que as receitas previdenciárias provenientes de royalties e contribuições patronal (28%) e dos servidores (14%) sejam atribuídas proporcionalmente aos Poderes.

Isso porque, com o RRF, os órgãos deverão passar a incluir inativos na conta de despesas com pessoal.

PERTO DE SAIR

Cooperação entre ANP e Fazenda

Uma medida que vem sendo defendida na Alerj e no governo fluminense está perto de sair do papel. A Diretoria da ANP aprovou ontem a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Rio, por meio da Secretaria de Fazenda, para a fiscalização de Participação Especial, relativa aos gastos dedutíveis declarados pelos concessionários sobre os campos produtores de petróleo e gás natural.

Site:

<https://edicao.odia.com.br/2021/05/28/184718/issue9152.pdf>

Bolsonaro tenta derrubar restrições

Decretos dos governadores que fecham o comércio para impedir avanço da Covid desagravam presidente

BRASÍLIA (Folhapress) - O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e o ministro André Mendonça (Advogado-Geral da União) ingressaram, ontem, com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar decretos com medidas de lockdown e de toque de recolher adotadas por Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraná.

"O intuito da ação é garantir a coexistência de direitos e garantias fundamentais do cidadão, como as liberdades de ir e vir, os direitos ao trabalho e à subsistência, em conjunto com os direitos à vida e à saúde de todo cidadão, mediante a aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, da proporcionalidade, da democracia e do Estado de Direito", informou a AGU em nota. De acordo com a Advocacia-Geral da União, a ação não questiona decisões anteriores do STF, que reconheceram a competência dos entes subnacionais na adoção de medidas de enfrentamento da pandemia.

Bolsonaro chegou a ameaçar baixar um decreto contra medidas restritivas de governadores e prefeitos e até sinalizar que poderia acionar o Exército para o cumprimento da determinação. A nova investida de Bolsonaro é resultado de uma recente conversa do mandatário com o presidente do STF, ministro Luiz Fux. Na ocasião, Bolsonaro sondou Fux se haveria margem para que a corte flexibilizasse o entendimento de que governadores e prefeitos têm autoridade para determinar políticas restritiva.

O magistrado, porém, deixou claro que não há chance de o tribunal reverter a própria decisão.

Decretos só com justificativa O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) avalia agora enviar uma ação ao STF pedindo que os gestores sejam obrigados a justificar e fundamentar ações como o fechamento de comércios. A peça está sendo preparada pela AGU e o plano é enviá-la à Corte nos próximos dias, segundo disseram interlocutores.

Barreiras sanitárias para indígenas

Câmara dos Deputados aprovou, ontem, medida provisória que estabelece, até 31 de dezembro deste ano, barreiras sanitárias para proteger áreas indígenas com o objetivo de controlar o fluxo de pessoas e mercadorias a esses locais para evitar o contágio e a

disseminação da Covid- 19. O texto foi aprovado em votação simbólica e segue para o Senado. A MP perde validade em 1º de junho.

Segundo a MP, nas barreiras haverá **servidores públicos** federais, prioritariamente, ou militares e, com a anuência do chefe do Poder Executivo, **servidores públicos** e militares de estados e municípios.

Para a anuência, a solicitação para o uso de **servidores públicos** e militares de estados e municípios será realizada pelo ministro da Justiça, Anderson Torres. A Fundação Nacional do Índio (Funai) fica autorizada, de forma excepcional e temporária, a pagar diárias a **servidores públicos** e militares integrantes dos órgãos de segurança pública estaduais que atuarão na proteção das barreiras sanitárias.

Os servidores receberão as diárias na condição de colaboradores eventuais.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-impressa/1808/28-05-2021/>

Desemprego recorde

Em meio à segunda onda da pandemia, o desemprego subiu 10,6% em um ano no Estado e alcançou 549 mil cearenses no primeiro trimestre desse ano. Com o resultado, a taxa de desocupação estadual chegou a 15,1%, patamar recorde da série histórica iniciada em 2012.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada nesta quinta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mesmo com o aumento do desemprego, a média de rendimento permaneceu estável em R\$ 1.748 mensais.

Enquanto os indicadores de população desocupada aumentaram, os de ocupação caíram. A estimativa é que 3,08 milhões de cearenses exerciam alguma atividade econômica entre janeiro e março, número 14,6% menor que em igual período do ano passado.

Os empregados do setor privado somavam 1,26 milhão, representando uma queda de 19,1% ante o primeiro trimestre de 2020. Destes, 697 mil possuíam carteira assinada, indicando uma retração de 25%. O volume de trabalhadores sem carteira assinada também reduziu 10,6% no período, para 570 mil.

O contingente de trabalhadores domésticos também sofreu baixas de 37,5% em um ano, chegando a 167 mil pessoas no Estado. A maioria (86,8%) continua na informalidade, totalizando 145 mil trabalhadores, enquanto apenas 21 mil têm a carteira assinada nesta categoria.

Durante a pandemia, a perda de postos de trabalho doméstico formais chegou a 43,7%, ritmo superior aos 36,4% dos informais. Mesmo o volume de empregados do setor público reduziu 8,9% no período, para 436 mil, sendo 31 mil com carteira assinada, 317 mil de militares e funcionários públicos estatutários e 88 mil sem carteira assinada.

Número em queda Assim como o número de empregados, o volume de empregadores cearenses também caiu no último ano. No primeiro trimestre desse ano, eram 137 mil nessa posição, 6,8% a menos que no mesmo período de 2020.

Apesar da crise econômica causada pela pandemia, aqueles formalizados com CNPJ cresceram 2,2%, para 105 mil, enquanto os informais caíram 27,5% (32

mil).

Os que trabalham por conta própria também sofreram baixa de 6,1%, totalizando 988 mil cearenses. A maioria esmagadora (83,5% ou 825 mil) ainda na informalidade, apesar da redução de 11,5% dos autônomos informais em um ano.

Alimentação Entre os segmentos de atuação, o de alojamento e alimentação - que engloba estabelecimentos como hotéis, bares e restaurantes - foi o que mais perdeu postos de trabalho no último ano. Com uma queda de 38,8%, o setor agora emprega 161 mil cearenses. Em seguida, os serviços domésticos também apresentam impacto significativo: queda de 35,9%, para 172 mil empregos.

Em volumes totais, o comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas ainda é o líder em geração de postos de trabalho, com 663 mil empregados. Ainda assim, o número é 16,2% menor que entre janeiro e março do ano passado.

Perda de renda A renda de quase 60% dos cearenses foi deteriorada por conta da pandemia, revelou, em abril deste ano, a pesquisa realizada pelo Instituto Opnus em parceria com o Sistema Verdes Mares. O impacto foi maior sobretudo a camadas mais vulneráveis da população, reduzindo fontes de renda de 73% de profissionais autônomos e de 70% de pessoas com renda familiar de até um salário mínimo (R\$ 1.045).

Entre os segmentos sociais mais afetados com o cenário econômico adverso também estão as pessoas com escolaridade até o ensino médio (64% dos entrevistados nessa faixa relataram perdas econômicas no período) e mulheres (61% ante 57% dos homens).

"É como se fossem vários fatores contribuindo justamente para que a pandemia chegasse com mais força em quem já estava em condições de maior vulnerabilidade. As pessoas de menor renda foram aquelas que mais perderam durante a pandemia. Quem mais perdeu emprego, mais esteve exposto no trabalho, aquela pessoa que fazia um bico de trabalho informal e também as famílias foram os que mais tiveram diminuição da renda, são aquelas que ganham até um salário mínimo. A base da pirâmide econômica", observa o coordenador da pesquisa e diretor do Instituto Opnus, Pedro Barbosa.

Perda na crise Segundo a pesquisa Opnus, 34% dos cearenses relataram terem perdido trabalho ou deixado de trabalhar devido à pandemia. A situação atingiu 43% das pessoas com renda familiar de até um salário mínimo e 51% dos profissionais autônomos. Entre os empregados do mercado formal, 19% perderam o trabalho. A existência de um familiar ou de outro morador da residência que tenha deixado de trabalhar em decorrência da crise também foi relatada por 37% dos entrevistados, sendo com maior frequência pelos autônomos (43%) e por pessoas com renda de até um salário mínimo (45%).

37,5% BAIXA NO TRABALHO DOMÉSTICO

Representa um contingente de 167 mil pessoas que perderam o emprego em um ano. A maioria continua na informalidade

2,2% ALTA NOS FORMAIS COM CNPJ

Apesar da crise econômica, formalizados com CNPJ cresceram 2,2%, para 105mil, e informais caíram 27,5%(32 mil)

Segmento de alojamento e alimentação-que engloba estabelecimentos como hotéis, bares e restaurantes-foi o que mais perdeu postos de trabalho no último ano

Assim como o número de empregados, o volume de empregadores cearenses caiu no último ano: 6,8% a menos que no mesmo período de2020

Site:

https://diariodigital.verdesmares.com.br/uploadsAssinante/app/edicao/2021/5/28/compress_ed_28_60b05076cbb6e.pdf

Quinquênio é aprovado

A Câmara Municipal de Goiânia aprovou o projeto que retoma o pagamento do quinquênio dos servidores municipais em primeira votação, nesta quinta-feira (27).

O texto recebeu uma única emenda enviada pela Prefeitura de Goiânia para prever a volta do benefício também no estatuto dos servidores do magistério. A mudança foi uma reivindicação do vereador Mauro Rubem (PT) e das entidades de Educação.

Apesar do projeto original prever o pagamento a todos servidores, a categoria entendeu que deveria haver a especificação no estatuto do magistério, que é um documento separado, por segurança jurídica.

Com a aprovação, o texto agora vai para apreciação na Comissão do Trabalho e **Servidores Públicos**. A segunda votação em plenário está prevista para terça-feira (1º).

Depois da sanção, os servidores terão restabelecido o direito de receber 10% do vencimento de seu cargo efetivo a cada cinco anos de trabalho, ao limite de sete benefícios. Segundo a Secretaria Municipal de Finanças, o quinquênio custará R\$ 30 milhões por ano. Atualmente, 38 mil dos 50,3 mil servidores já recebem o pagamento.

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/28-maio-2021/1o-caderno>

Governo pode perdoar dívidas

VERA BATISTA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou ontem, durante evento on-line com empresários do setor industrial, a criação do "passaporte tributário" - um plano para perdoar dívidas tributárias de pequenas empresas - e explicou que o governo está trabalhando para destravar canais internacionais de crédito para exportadores brasileiros. No caso do passaporte, disse ele, a empresa terá "quase um perdão fiscal", dependendo da dimensão da queda da receita que teve em consequência da pandemia.

O projeto do passaporte tributário funcionaria como um braço da **reforma tributária**, segundo explicou Paulo Guedes, e deve começar a tramitar no Senado nas próximas semanas. Na análise do ministro, trata-se de "um conjunto de facilidades a quem caiu". "O pequeno restaurante quebrou, fechou, está devendo R\$ 50 mil. Quero que ele reabra, crie emprego. Não adianta ficar esperando que ele pague. As empresas que tiveram queda acima de 20% do faturamento têm um desconto na dívida. Se caiu 40%, tem um desconto maior ainda. Se caiu 80%, é quase um perdão fiscal", detalhou.

O discurso do ministro, embora tenha agradado ao empresariado, não foi bem visto por parte dos analistas de mercado. Para Flávio Serrano, economista-chefe da Greenbay Investimentos, o Brasil vive uma situação fiscal delicada e frágil. "Não há espaço para qualquer concessão. Claro que a gente vive um momento de crise em que o governo precisa determinar algumas proteções. Mas, sem cuidado, acaba comprometendo o futuro da nação. E sequer sabemos o impacto financeiro desse passaporte tributário", disse.

Na análise de Pedro Paulo Silveira, economista-chefe da Nova Futura Investimentos, o governo está empenhado em fazer previsões otimistas e cada vez mais dar estímulos para melhorar a percepção da sociedade. "Alguns vivem clima de comemoração, com as perspectivas de crescimento. Mas esse humor pode mudar se o governo não entregar o que promete e não deixar muito claro como será esse passaporte", reforçou Silveira.

"Não somos trouxas"

Durante o encontro, Guedes afirmou, ainda, que o governo não vai abrir a economia sem antes resolver os problemas de competitividade da indústria. E defendeu a Zona Franca de Manaus, embora tenha

classificado o polo como um modelo de desenvolvimento equivocado. "Quero deixar isso claro, porque tem sempre a exploração da frase fora de contexto. Não tem nada disso de chegar e derrubar a Zona Franca de Manaus, ou a indústria brasileira. Estamos justamente tentando abrir a economia sem acabar com a indústria brasileira", explicou. "Somos liberais, mas não somos trouxas", declarou.

O ministro também criticou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que, segundo ele, diminui a competitividade do setor. "Que história é essa de imposto sobre produção industrial? Queremos acabar com a indústria? Nós tínhamos que acabar com IPI. (Mas é) evidente que não podemos fazer isso por uma série de razões." E falou que a agroindústria "brilha" no comércio internacional por não pagar um imposto sobre produtos agrícolas, um "IPA". Ele explicou que, quando falou do IPI, estava se referindo ao fato de que não se pode tributar um produto só porque é industrial.

Auxílio emergencial pode ser renovado

O governo pode prorrogar o auxílio emergencial, se houver aumento de casos e de mortes pela covid-19, e se a vacinação em massa não tiver o ritmo esperado, afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes. A prorrogação poderia começar em julho, quando se encerram as quatro parcelas de R\$ 150 e R\$ 375 autorizadas pelo governo. "Se, ao contrário do que esperamos, a doença continuar fustigando, as mortes seguirem elevadas, e a vacina, por alguma razão, não estiver chegando, tem que renovar. Vamos observar. Pode ser que não seja necessário", afirmou.

Guedes diz que reforma tributária ampla é "suicida"

FERNANDA TRISOTTO E MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Congresso dobra número de projetos para taxar fortunas

Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186890?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186890?page=1§ion=1

"A União não vai se deixar assaltar"

O ministro Paulo Guedes disse, ontem, que abriu mão da proposta de criação de um imposto sobre transações, nos moldes da antiga CPMF, e enterrou a possibilidade de uma **reforma tributária** ampla. Segundo ele, o fatiamento das mudanças é necessário. Em encontro virtual com industriais, Guedes disse que uma mudança ampla seria o ideal, mas seria um "suicídio" para a União, pois transferiria "meio trilhão" aos estados - que insistem na criação de um fundo de compensação de R\$ 400 bilhões.

"Se os estados estão 100% a favor (da ampla), vão aderir rapidamente à nossa reforma. Agora, tem que aderir sem pedir meio trilhão de compensação, porque aderir a um plano de saquear a União em meio trilhão é muito fácil", criticou. "A União não vai se deixar assaltar em meio trilhão. Agora, tiramos esse meio trilhão da mesa e vamos ver se eles estão a favor. Se tiverem, a gente faz (a reforma) em dois meses", prometeu, explicando que o objetivo do governo é focar na simplificação de **tributos**. Para Guedes, a **reforma tributária** tem que ser, na prática, rápida, e acontecer em quatro ou cinco meses.

CPMF

Para avançar com a reforma, ele contou que teve que abrir mão de vários itens, como a criação de um imposto sobre transações (parecido com a antiga CPMF), para compensar a desoneração da folha de pagamento. Segundo ele, o governo não pretende aumentar **impostos**.

Contra o fatiamento da reforma, o secretário de Fazenda do Piauí e presidente do Comitê Nacional de Secretários de Finanças e Tributação dos Estados e do DF (Comsefaz), Rafael Fonteles, informou que o grupo se mantém na defesa da reforma ampla dos **impostos** sobre consumo mediante a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). "Para o conselho e os Estados, o Fundo de Desenvolvimento Regional e de Incentivo às Exportações é essencial para assegurar estímulos aos investimentos em regiões menos favorecidas, para que possamos enfrentar as desigualdades", afirmou Fonteles. (VB)

Meta é aprovar proposta em 5 meses

Após ser cobrado pelas associações setoriais da indústria por uma **reforma tributária** ampla, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo quer uma reforma ampla, mas que seja "rápida e prática", para ser viabilizada ainda neste ano.

"Temos de cinco a seis meses para fazer isso. Eu mesmo tive que abrir mão de alguns pontos, como a desoneração da folha de salários, para aprovarmos uma reforma rápida.

Ou seja, todos continuarão onerados, mas pelo menos a economia voltou a crescer mais rápido", admitiu Guedes, em referência à proposta de criação de um imposto digital (nos moldes da extinta CPMF) para bancar a desoneração da folha.

Segundo o ministro, a reforma só não saiu no ano passado devido à exigência dos governos estaduais em obterem fundos bilionários de compensação.

"A **reforma tributária** ampla é ideal, mas não às custas da União. Os Estados queriam tirar meio trilhão de reais da União. Eu resisti a entrar em uma **reforma tributária** suicida, que quebraria a União", respondeu, em participação em evento realizado pela Coalizão Indústria nesta quinta-feira, 27. "A União não se deixará assaltar, falamos isso aos governos estaduais." Para Guedes, a proposta de paridade entre União, Estados e municípios no controle das receitas é "patética".

"Seria um terço de assentos para municípios, um terço para Estados e um terço para a União. Ou seja, os governos regionais iriam controlar as receita da União, isso é patético", acrescentou.

PROPOSTA

O ministro lembrou que a proposta do governo é reduzir em 5% o imposto sobre as empresas, além da redução de **tributos** sobre a energia elétrica e os combustíveis. "O ritmo de abertura do País acompanhará desenvolvimento interno da indústria. A abertura da economia tem que ser lenta para respeitar parque industrial."

Site: <https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital>

Guedes está confiante na aprovação da reforma

O ministro da Economia, Paulo Guedes, está confiante na aprovação da **reforma tributária** no Congresso. Ele informou que teve uma conversa muito boa sobre o assunto com os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, e que foi combinado que os **impostos** sobre a renda e o consumo vão para a Câmara e o passaporte tributário vai para o Senado. E que a previsão é que os dois temas sejam discutidos em cada Casa por 30 a 60 dias. "Há uma boa perspectiva de fazermos uma reforma interessante e relativamente rápida, ou seja, este ano ainda.

Acho que está progredindo bastante e os passos são todos razoáveis na direção de que não vai ter susto para ninguém, todo mundo vai entender tudo, deixando a possibilidade de uma PEC que faça uma acoplagem ali na frente do nosso IVA federal com os estados. Com os municípios, vai levar um pouco mais de tempo, mas estamos progredindo. Estou bastante otimista com o andamento dessa reforma", disse o ministro ao participar do encontro "Diálogos com a Indústria", realizado em um hotel de Brasília, pela Coalizão Indústria, que conta com a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), e congrega 15 entidades.

Segundo Guedes, o ideal seria uma reforma ampla, que é o que gostaria desde o início, "mas não às custas da União". Guedes disse que esse foi o motivo que bloqueou o desenvolvimento do assunto no começo das discussões da proposta de criação de um imposto de transações, semelhante à antiga CPMF. "Esse imposto [de transações] foi interdito. Não vou brigar por ele. Estamos em uma democracia. Deixe isso para lá. Continuem com os encargos elevados e vamos fazer a reforma ampla tão desejada", disse.

Emprego

Na visão do ministro, não foi coincidência o Brasil ter conseguido criar empregos durante a pior recessão da sua história. Uma das razões, para ele, foram os programas criados pelo governo para combater os efeitos da pandemia da covid-19 na economia, como o apoio às empresas. "É o programa de preservação de empregos mais bem-sucedido que eu saiba de todas as políticas econômicas praticadas contra a crise em todos os países", afirmou.

O ministro disse que a economia realmente voltou a se

desenvolver no sistema conhecido como V, quando tem uma queda com recuperação na sequência e está em aceleração. "Estamos avançando, e se acontecerem as nossas estimativas iniciais, que não são só nossas, temos conversado com setor privado, e todos já estão refazendo as suas estimativas de crescimento para cima. A faixa agora de oscilação é entre 3,6% a 4,6%, 4,7%, quer dizer próxima a 5% e muita gente já revendo para cima de 4% a taxa de crescimento do Brasil", disse

Guedes disse que reconhece que estão ocorrendo gastos mais elevados no âmbito federal, mas desde o início todas as medidas expressaram o duplo compromisso com a saúde dos brasileiros, de um lado, e com a responsabilidade fiscal de outro. "Só ficaram extrateto as medidas ligadas à pandemia". O ministro disse que o futuro é "verde e digital", e defendeu a redefinição do modelo de ocupação da Amazônia, para passar a fornecer serviços verdes de proteção da floresta. (Agência Brasil)

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/28-05_776bd46b3b37c5

Gasto menor contra pandemia leva a superávit de R\$ 41 bi

Bernardo Caram *brasil*

Com uma forte redução nos gastos de enfrentamento à pandemia em 2021 e uma alta nas receitas, o governo registrou superávit de R\$ 41 bilhões nos quatro primeiros meses deste ano. O resultado, divulgado pelo Tesouro Nacional nesta quinta-feira (27), é o quarto melhor para o período da série histórica iniciada em 1997.

Em abril, o governo conseguiu arrecadar um volume maior que o total de gastos. Com isso, registrou superávit de R\$ 16,5 bilhões. No mesmo mês de 2020, quando o país vivia o início da pandemia, foi registrado um rombo de R\$ 93 bilhões.

O resultado do mês não era esperado pelo mercado. Levantamento feito pelo Ministério da Economia apontava para déficit de R\$ 20 bilhões.

"O resultado [foi] influenciado pela evolução da arrecadação, bem como pela redução significativa dos gastos em resposta à crise da Covid-19", informou o Tesouro.

Em abril de 2020, com menos de dois meses de pandemia, o governo já havia liberado R\$ 45 bilhões em gastos emergenciais fora do teto, regra que limita as despesas públicas. Nos quatro primeiros meses de 2021, esse gasto somou R\$ 20 bilhões.

Neste ano, o governo optou por não renovar a calamidade pública que vigorou em 2020 e permitiu uma expansão de gastos públicos para o enfrentamento à pandemia. Sem Orçamento aprovado, os programas emergenciais foram interrompidos por mais de três meses.

Em março, o Congresso aprovou a PEC Emergencial e destravou a nova rodada do auxílio. Os pagamentos foram iniciados em abril.

Além disso, somente no fim do mês passado houve liberação de recursos para a reedição do programa que permite corte de jornadas e salários de trabalhadores, com compensação parcial paga aos trabalhadores afetados.

O secretário do Tesouro, Jeferson Bittencourt, negou que tenha havido demora na execução dos

programas.

"O que efetivamente está ajudando [as contas] é o aprendizado que tivemos. Em 2020, a pandemia era algo absolutamente novo, uma situação única. Foi possível aprender quais os programas mais eficazes e focalizar esses programas. Estamos conseguindo promover o combate à pandemia com uma necessidade menor de recursos." Segundo o Tesouro, uma melhora da economia influenciou positivamente o resultado das contas do governo. "A percepção de um ambiente econômico mais robusto que o inicialmente projetado, a viabilização de ações de combate à pandemia que não comprometem o instrumental de controle das finanças públicas, e o fortalecimento do arcabouço fiscal via PEC Emergencial, promoveram efeitos positivos sobre as chamadas condições financeiras." No mês, a receita total do governo cresceu 52%, de R\$ 107 bilhões em abril de 2020 para R\$ 164 bilhões em abril de 2021. O número foi influenciado por redução no volume de **impostos** adiados, em comparação com o ano passado.

Itaú eleva de 4% para 5% previsão de alta no **PIB** em 2021

Segundo o banco, a atividade econômica continuou se expandindo no primeiro trimestre. "A normalização na taxa de poupança das famílias, o crescimento expressivo da economia global com alta de preços de commodities, e o ciclo de estoques no setor industrial vêm sustentando a retomada da atividade econômica"

A previsão do Itaú para o crescimento do **PIB** é bem mais otimista que a média do mercado, de 3,52%, segundo Focus, do Banco Central.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49541>

Preço do imposto (3)

Ontem, por um dia, motoristas conseguiram comprar gasolina por R\$ 3,22 o litro em Belo Horizonte - um desconto de mais de 46%. A receita para tal façanha é o corte de **tributos** realizado como parte do alerta, feito no Dia Livre de **Impostos**, sobre os efeitos da elevada carga tributária na competitividade dos negócios e no poder de consumo da população.

Pelo Índice de Liberdade Econômica da Fundação Heritage (EUA), o Brasil possui a 35ª maior relação entre **impostos** e Produto Interno Bruto, com 32,9% de toda a riqueza do país sendo formada por **tributos**, taxas e contribuições. Nessa questão a economia brasileira fica muito atrás de vizinhos como Uruguai (28,5%), Bolívia (26%), Chile (21,1%) e Peru (16,9%).

Para dar conta dessa obrigação, desde 2012 o brasileiro trabalha mais de 150 dias por ano somente para ficar em dia com o Fisco antes de seu dinheiro começar a reverter em bem-estar para ele e sua família, segundo dados do Instituto Brasileiro de Política Tributária (IBPT).

De um simples fubá que o consumidor põe em sua mesa, 25,28% são encargos fiscais - ou seja, um quarto do prato mais simples e acessível à população é imposto.

Além disso, a regra do sistema traz em si um alto nível de desigualdade. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) constatou que os 10% mais pobres no país gastam até 30% do salário com **impostos** diretos, enquanto os 10% mais ricos despendem somente um décimo de seus rendimentos mensais.

Impostos são necessários para o funcionamento dos serviços públicos, mas um sistema confuso, burocrático e oneroso engessa os investimentos privados e limita o consumo das famílias. Pesar a mão no encargo e não corrigir essas distorções é condenar o país à injustiça e ao atraso.

Site: <http://digital.otempo.com.br/leitor>

Cultura aprova proposta na Justiça e evita falência

Raquel Brandão De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186890

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186890

Desburocratização - INFORME ESPECIAL

TULIO MILMAN

Um dos mais ativos integrantes da bancada federal gaúcha, o deputado Jerônimo Goergen foi escolhido para relatar medida provisória que criou o Documento Eletrônico de Transporte. Goergen é um dos pais da ideia, que promete simplificar e baratear a emissão de autorizações e o pagamento de todas as taxas e pedágios necessários ao transporte de cargas no país. A iniciativa, abraçada pelo ministro Tarcísio de Freitas,

da Infraestrutura, prevê a criação de um aplicativo único, pelo qual todas as operações serão realizadas. Os testes começam em breve e até o ano que vem, se tudo der certo, a novidade estará à disposição dos caminhoneiros, eliminando custos **impostos** pelos intermediários, que correspondem, de acordo com cálculos do próprio governo, a mais de 30% dos preços dos fretes. A intenção é, depois, estender as facilidades a todos os modais.

Cartão amarelo

O ex-presidente da Federação Gaúcha de Futebol Francisco Novelletto foi condenado a pagar R\$ 30 mil por danos morais. A ação foi movida pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, em nome do procurador Philippe

Gomes Jardim, que se sentiu atingido por uma declaração dada em uma entrevista em 2020. Novelletto afirmou que, nos anos 1990, sofria perseguição de um procurador do MPT que era gremista. Ainda cabe recurso da decisão.

Boletim

De acordo com um levantamento do Observatório da Volta às Aulas, iniciativa do mandato do deputado estadual Fábio Ostermann, 62 municípios

gaúchos ainda têm problemas na reabertura das escolas. Conforme o parlamentar, muitas delas não impuseram restrições tão severas a outras atividades.

Incômodos

Uma pesquisa levantou as principais dificuldades dos síndicos em meio à pandemia. O estudo consultou mais de 5 mil pessoas em todo o país. No RS, as principais dores de cabeça apontadas pelos condomínios são:

1 Manutenção do condomínio, com 50% dos votos

2 Mediar conflitos entre moradores, com 38%

3 Condôminos Antissociais, 37,8 %

4 Gestão financeira, com 28%

5 Lidar com a inadimplência, 23%

O levantamento é da SíndicoNet, startup da imobiliária Quinto Andar.

Como evitar que o efeito Pazuello se repita

Constrangimento e inflamados debates internos nas Forças Armadas. A presença do general e ex-ministro Eduardo Pazuello em uma manifestação pró-governo, em Brasília, ainda vai dar muito pano para manga. De um lado, os que defendem uma punição, baseados no dispositivo que proíbe a participação de militares da ativa em atos de natureza político-partidária.

De outro, os defensores da tese de que o presidente Bolsonaro está sem partido. Logo, não houve apoio dessa

natureza. Além disso, disparam os bolsonaristas, o general foi chamado ao palanque pelo comandante supremo das Forças Armadas, que é o presidente. Logo, infração seria não subir.

A retórica comporta tudo. Mas existe um jeito fácil de evitar situações como essa, que geram desgaste, acima de tudo para os militares. Proibir expressamente, por lei ou regimento interno, a participação de militares da ativa em cargos de escalões elevados dos governos. Simples, fácil, profilático e urgente.

Do bem

O Instituto Lins Ferrão, formado pelas empresas Pompéia e Gang, criou o Pádel Solidário, em parceria com o professor Rogério Furtado, Avesol e Centro Social Marista Cemasi. As aulas começaram ainda neste mês, na Associação Libanesa de Porto Alegre. A turma é composta por oito crianças, com idades entre nove e 12 anos, moradoras da Vila Safira, no bairro Mario Quintana.

Cerca de cem mulheres participaram das oficinas de costura do projeto Panô de Histórias Ujamaa, em

Alvorada. Elas aprenderam as primeiras etapas da confecção de bonecas negras de pano. A viabilização do projeto, que ocorre uma vez por semana até o dia 16 de junho, com todas as vagas disponíveis já ocupadas, ocorreu graças ao edital da Fundação Marcopolo, com recursos da Lei Aldir Blanc.

Bom pra cachorro Estância Velha.

Entre um compromisso e outro, o presidente da Assembléia, Gabriel Souza, não esquece a vocação de médico veterinário. O parlamentar visitou ontem o Canil Municipal de Estância Velha, onde conheceu o trabalho da ONG Bichinho Carente.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1>

Inscrição para virar servidor efetivo

Fernando Bianchi

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) publicou edital de concurso público com 50 vagas para auditor fiscal da receita estadual.

A remuneração inicial para o cargo é de R\$ 12.492, com exigência de ensino superior completo em qualquer área.

As inscrições terão início na próxima segunda-feira, e prosseguem até 5 de julho, no site da Fundação Getúlio Vargas (FGV), www.conhecimento.fgv.br/concursos. A taxa é de R\$ 87.

Segundo o edital, haverá ainda 100 vagas para formação de cadastro de reserva.

A seleção contará com provas objetivas e discursivas, previstas para o dia 29 de agosto.

Entre os conteúdos estão Língua Portuguesa, raciocínio lógico e Matemática Financeira, além de várias áreas do Direito, como Direito Empresarial, Constitucional e Administrativo, entre outras.

Já a prova de conhecimentos específicos terá questões de Direito Tributário, **legislação tributária** do Espírito Santo e Contabilidade Avançada e de Custos.

De acordo com o edital, considerando as possíveis implicações relacionadas à pandemia da Covid-19, a data provável da aplicação da prova será confirmada com 30 dias de antecedência.

Segundo a Sefaz, após a nomeação, o candidato optará pelas vagas oferecidas pela Subsecretária de Estado da Receita, prevalecen-

do como critério de lotação a classificação geral final obtida no concurso.

EXIGÊNCIA

A diretora do Centro de Evolução Profissional (CEP) Ivone Goldner destacou que o edital trouxe algumas alterações quanto à seleção anterior.

"E determinante depender o maior número de horas de estudo para as matérias dos conhecimentos específicos, dentre elas Direito Tributário e **legislação tributária**, que terão peso 2", disse.

Segundo o professor de Português Hélio Tolentino, a FGV costuma trazer questões criteriosas, que exigem habilidade de leitura e interpretação.

"O edital não traz a tipologia da prova discursiva, mas o candidato pode se preparar para uma dissertação, pelo peso formal desse cargo. A tendência é de que cobre temas relacionados ao edital."

Governo renovará auxílio se vacinação não evoluir

PAULO GUEDES O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o governo pode prorrogar novamente o auxílio emergencial caso a vacinação não siga o ritmo esperado e o país continue a registrar número alto de casos e de mortes provocadas pela Covid-19. A atual rodada do auxílio emergencial no país foi promulgada pelo Congresso Nacional em março e estabeleceu quatro parcelas de R\$ 150 a R\$ 375, pagas pela Caixa Econômica Federal até o mês de julho. Na terça-feira (25), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendeu a edição de uma medida provisória para estender o auxílio emergencial no país por mais "um ou dois meses", antes da implantação do que ele chama de "um programa social mais permanente" no Brasil.

"O auxílio emergencial é uma arma que nós temos e que pode, sim, ser renovado. Se, ao contrário do que esperamos, a doença continuar fustigando, as mortes continuam elevadas, a vacina por alguma razão não está chegando, tem que renovar", disse Guedes. Segundo ele, esta não é a expectativa do governo. "Achamos hoje que, se a vacinação em massa progride, pode ser que não seja necessário", afirmou. O ministro da Economia participou da videoconferência Diálogos com a Indústria, realizado pela Coalizão Indústria. O evento foi invadido por hackers, que colocaram fotos e frases obscenas. O ministro Guedes disse ainda que, caso seja necessário, pode ser decretado novamente estado de calamidade pública, a exemplo do que aconteceu em 2020, o que liberaria mais facilmente gastos emergenciais relacionados com a pandemia do coronavírus. "Se a pandemia fustigar novamente, se uma variante não for atacada pela vacina, se não estiver funcionando, vamos aumentar a economia de guerra. O protocolo está pronto, bata acionar a cláusula de calamidade da PEC Emergencial", declarou.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quinta-feira (27) que desistiu de propor a criação de um novo imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF. Guedes defendeu a criação do imposto dentro de uma proposta para reduzir o custo da contratação de trabalhadores por empresas. O tributo, que vinha sendo chamado de nova CPMF, compensaria, portanto, a redução de **impostos** sobre a folha de pagamentos das empresas. "Não vou brigar por ele, estamos em uma democracia, deixa para lá",

declarou.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Deputados aprovam MP que muda as regras do Fust

A Câmara dos Deputados aprovou na última quarta-feira a Medida Provisória 1018/20, que reduz encargos para estações terrenas de internet por satélite e muda regras de aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e de incidência de **tributos** sobre plataformas de streaming. A MP será enviada à sanção presidencial.

Por meio de um destaque do DEM, o plenário aprovou parcialmente emenda do Senado que propunha a retirada do texto do relator, deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), de todas as mudanças feitas no Fust. Com a aprovação do destaque, foi excluído do texto apenas o trecho sobre o direcionamento de menos recursos do fundo para a educação pública.

Com a exclusão, permanece na lei a determinação de se aplicar 18% de todos os recursos do Fust em projetos direcionados a escolas públicas. O texto aprovado anteriormente pela Câmara previa a aplicação nessa finalidade de 18% dos recursos da modalidade de apoio não reembolsável, diminuindo o montante.

"Precisamos garantir que os estudantes tenham acesso à internet nas escolas, e a aprovação parcial da emenda garantirá que, no futuro, não tenhamos manobras para ficar sem um centavo do fundo", disse a deputada Tabata Amaral (PDT-SP).

Inicialmente, a MP apenas reduzia três encargos incidentes sobre as estações terrenas de pequeno porte ligadas ao serviço de internet por satélite.

A intenção do governo é fazer com que a diminuição dos encargos estimule o aumento desse tipo de serviço, que hoje conta com 350 mil pontos. A estimativa é chegar a 750 mil estações.

Uma das mudanças no Fust aprovadas é a ampliação de um para dois de membros do Ministério das Comunicações no conselho gestor do fundo, o que permite ao governo controlar a secretaria executiva do colegiado. Hoje, o governo já indica o presidente do conselho, que é responsável por definir onde os recursos do Fust serão aplicados.

O parecer aprovado reduz o recolhimento do Fust, em até 50%, das operadoras de telecomunicações que

executarem com recursos próprios programas de universalização aprovados pelo conselho gestor.

Essa isenção valerá por cinco anos a partir de 1º de janeiro de 2022 e será progressiva: 10% no primeiro ano de vigência; 25% no segundo ano; 40% no terceiro ano; e 50% a partir do quarto ano da vigência.

Além disso, a MP moderniza a legislação quanto ao compartilhamento de torres pelas prestadoras de serviços de telecomunicações, retirando as amarras para a ampliação da infraestrutura de antenas, o que poderá beneficiar a chegada do 5G no país.

Segundo o relator da matéria no Senado, senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), a revogação proposta se justifica num cenário próximo de instalação de antenas para o 5G, que exigirá um significativo aumento de densidades de antenas, com estações muito pequenas operando em baixa potência. "O projeto, além de estimular a ampliação do acesso à internet por meio de antenas de pequeno porte, notadamente em áreas rurais, regiões mais remotas e localidades desassistidas, introduz no arcabouço legal que rege as comunicações brasileiras uma série de mecanismos que aperfeiçoarão a prestação dos respectivos serviços em benefício do cidadão", afirmou.

A MP desonera a Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI), a Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) e a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), que incidem sobre as antenas de internet banda larga via satélite de pequeno porte.

A redução da carga tributária do VSAT é um passo importante para ampliar a oferta de serviços de telecom via satélite, usado principalmente para atender regiões de difícil acesso, em especial as rurais.

Segundo o governo, a redução dos encargos deve ampliar as estações disponíveis em mais de duas vezes: de 350 mil para 750 mil.

Atualmente o setor de telecomunicações no Brasil é um dos mais tributados do mundo.

Só em 2020 o setor pagou R\$ 60,6 bilhões em **tributos**, o que representou 42% da receita líquida.

IDH - Segundo o texto, será excluída da lei do Fust a regra que exige do fundo prioridade nos investimentos em regiões de zona rural ou urbana com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Como compensação, a parcela do fundo executada na modalidade não reembolsável priorizará ações visando a redução das desigualdades socioeconômicas e regionais.

O texto aprovado incluiu outros temas, deixando mais claro na legislação da Condecine que ela não incide sobre empresas que oferecem serviços de vídeo por demanda.

O tributo é cobrado do setor audiovisual (cinema, tv aberta e fechada e "outros mercados").

A redação aprovada estabelece que a oferta de vídeo por demanda não se inclui na definição de "outros mercados". O efeito prático é que plataformas estrangeiras e nacionais do tipo Netflix não precisam recolher a contribuição. Magalhães disse que a nova regra "pacífica" a questão da cobrança de Condecine sobre os serviços de vídeo por demanda.

O relator também acolheu uma emenda que autoriza as concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagens, instaladas em regiões de fronteira de desenvolvimento do País, a destinar 15% da programação para conteúdo local. (As informações são da Agência Câmara de Notícias)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-28-05-2021/>

Comércio vai abrir no próximo feriado - CAPITAL S/A

CAPITAL S/A

Lojas de rua e de shoppings vão funcionar no Distrito Federal no feriado da próxima quinta-feira, dia de Corpus Christi. O horário do comércio seguirá as regras do último decreto do GDF. Shoppings, por exemplo, operam das 10h às 22h.

Dia dos Namorados

Em 12 de junho, Dia dos Namorados, um sábado, as lojas também funcionarão normalmente. E o setor estima aumento de até 11% nas vendas. Os empresários do varejo que desejam abrir o comércio devem obter o Certificado de Abertura aos Domingos e Feriados, expedido pelo Sindivarejista.

Enfrentando o Impostossauro

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do DF (CDL), Wagner Silveira, foi à Esplanada dos Ministérios ontem duelar com o monstro que devora o dinheiro de empresas e contribuintes no Brasil, para marcar o Dia Livre de **Impostos**.

Pela **reforma tributária**

"É muito importante mostrar à sociedade a alta carga tributária a que o brasileiro está sujeito. Estamos aqui com o Impostossauro, que é a representação do sistema tributário, que come o nosso dinheiro. Em 2021, já pagamos mais de 1 trilhão de reais em **impostos**. Nós precisamos de uma **reforma tributária** urgente para termos produtos mais baratos, mais consumo, mais renda e entrarmos em um ciclo virtuoso da economia", afirmou.

Conselho do Sebrae no DF tem novo vice-presidente

O empresário Álvaro Silveira Júnior, um dos sócios da Drogaria Brasil, é o novo vice-presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae DF. Ele foi designado pelo presidente da instância, Jamal Bittar, que lidera também a Fibra. Álvaro é um dos vice-presidentes da Fecomércio e representa a entidade no Conselho, que tem, ao todo, 14 integrantes. São eles que elegem o superintendente do Sebrae e seus dois diretores. A atual gestão está no terceiro ano de mandato.

Representantes do setor produtivo

A vaga estava aberta há 3 meses, depois da saída de José Carlos Magalhães Pinto, ex-presidente da CDL. Fazem parte do Conselho representantes do BRB, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Codeplan, FACIDF, Fibra, Fecomércio, FAPE-DF, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, Sebrae, Fundação UnB, FAPDF e CDL-DF.

Galeria Élepê, espaço de arte e charme no Gilberto

O mineiro Roberto Corrieri, 46 anos, cresceu respirando arte com a influência dos pais e avós. Aos 24, adquiriu as primeiras duas obras ainda em Belo Horizonte. Quando se mudou para Brasília, aos 29, já possuía um pequeno acervo. "A modernidade de Brasília abriu meus olhos e fez com que minha coleção desse uma guinada radical, que se perpetua até hoje." Com um sócio, decidiu abrir, há 5 anos, a Élepê Galeria de Arte. O charmoso espaço fica no Gilberto Salomão, num ambiente um pouco escondido que guarda preciosidades de Burle Marx, Athos Bulcão, Fernando Lucchese, Fernando Velloso, Siron Franco, Alfredo Ceschiatti, entre outros.

Artistas exclusivos

Betinho, como é conhecido, é advogado de formação e tem um escritório na capital. Apesar de o direito tomar grande parte do seu tempo, ele não abre mão da arte e sonha em poder no futuro se dedicar exclusivamente à galeria. Ele representa, também, alguns artistas com exclusividade, como Fernando Velloso, Humberto Hermeto, André Pinheiro e Glaucio Caldeira. A galeria funciona mediante agendamento. Às sextas à tarde e aos sábados, fica animada com o movimento de amigos.

Feira de Antiguidades

Recentemente, Betinho assumiu a organização da antiga feira de antiguidades do Gilberto Salomão, agora chamada MERCATO Arte+Antiguidades Design.

"Sem deixar para trás os antigos expositores, hoje visamos atrair um público novo e jovem, antenado em boa arte e design", conta. Amanhã e domingo tem feira. A MERCATO acontece sempre no último fim de semana de cada mês com gastronomia e música ao vivo.

Projeto do Senado prevê aumento do primeiro emprego entre jovens

Segundo um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicado neste ano, a taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos ficou em 29,8% ao fim de 2020. Número esse que representa cerca de 5 milhões de pessoas. Em relação a 2019, houve um aumento de 6 pontos percentuais em relação a 2019. É a maior taxa anual da série histórica, iniciada em 2012.

Em votação simbólica, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei (PL) 5.228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego - modalidade de contrato de trabalho simplificada, menos protegida e menos onerosa às empresas. O objetivo é promover a inserção dos jovens no mercado de trabalho. O projeto é de autoria do senador Irajá (PSD-TO), que o chamou "Lei Bruno Covas" em homenagem ao prefeito de São Paulo, falecido em 16 de maio. Irajá registrou que Tomás Covas e Renata Covas, filho e mãe do homenageado, assistiram à sessão deliberativa remota.

"O propósito deste projeto é tratar os desiguais de forma diferente. São muitos jovens brasileiros entre 16 a 29 anos com sonho e esperança de um primeiro emprego. São pessoas que querem trabalhar para ajudar suas famílias crescerem profissionalmente e pagarem seus estudos", afirma o senador Irajá. "Além disso, o projeto visa ajudar o jovem que quer trabalhar e continuar estudando e ajudar as empresas a financiar o emprego deles", completa.

Em consulta pública realizada pelo Senado sobre o projeto, 23.969 pessoas votaram contra e 662 votaram a favor. O texto foi aprovado com modificações promovidas pelo relator, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). O projeto vai agora à análise da Câmara dos Deputados.

O texto O PL prevê contrato especial destinado exclusivamente a trabalhadores matriculados em cursos de graduação ou de educação profissional e tecnológica que nunca tenham tido emprego com carteira assinada. A duração desse contrato especial foi estabelecida em 12 meses. A matéria é uma retomada parcial dos temas e medidas legislativas contidas na já revogada Medida Provisória 905/2019, que institui o "Contrato de Trabalho Verde e Amarelo".

Próximos projetos Nessa quarta-feira (26), o ministro

da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo federal deve lançar, em breve, um novo programa de incentivo à qualificação da mão de obra, principalmente para jovens. Segundo o ministro, haverá uma ajuda de custo de R\$ 600 para trabalhar e, assim, conquistar uma profissão.

"Estamos lançando um olhar justamente para evitar o que, no mercado de trabalho, se chama de Efeito Cicatriz", disse o ministro, se referindo ao termo usado por especialistas para explicar os prejuízos à evolução profissional que costumam afetar quem ingressa de forma precária no primeiro emprego.

O Programa O Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE) incentiva empresas conveniadas a contratarem jovens, seja por responsabilidade social ou por incentivos financeiros. Neste caso, a empresa pode receber uma contribuição financeira anual a cada vaga criada. Os estudantes interessados em se inscrever no programa devem procurar uma delegacia regional do trabalho portando carteira de trabalho e comprovante de escolaridade.

Os pré-requisitos para participar do programa, são: não ter vínculo empregatício anterior, ser membro de família com renda per capita (por pessoa) de até meio salário mínimo e estar cursando ensino fundamental, médio ou cursos de educação de jovens e adultos.

Mudanças

Não haverá incidência de encargos sobre os salários, salvo FGTS e contribuição para o **INSS** - com alíquotas favorecidas.

As alíquotas do **INSS** serão de 1% quando o empregador for Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Ou 2%, quando o empregador for pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou presumido.

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/28-05_776bd46b3b37c5

Guedes defende "patrimônio" industrial do país

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quinta-feira, 27, que a reindustrialização do Brasil é um dos objetivos do governo.

Para ele, o ritmo de abertura da economia precisa respeitar o "patrimônio" do parque industrial nacional. "Somos liberais, mas não somos trouxas", afirmou, em participação em evento realizado pela Coalizão Indústria, em Brasília.

O ministro disse que assistiu com "muita tristeza" à redução da participação da indústria no Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro nas últimas décadas.

"A forma de uma indústria ficar viva era conseguir uma proteção em Brasília e dividir com seus sindicatos o butim contra a sociedade brasileira. Enquanto havia uma exploração do consumidor, a indústria foi esmagada de 35% para 11% do **PIB**, quando ainda poderíamos ter de 20% a 25% do **PIB**." Mais uma vez, o Guedes citou as medidas tomadas pelo governo durante a pandemia de covid-19 e defendeu a vacinação em massa da população para o retorno seguro ao trabalho.

Ele repetiu que a abertura comercial do Brasil ocorrerá de forma gradual, com a aprovação de medidas de competitividade antes de uma abertura total.

Site: <https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital>

Desemprego cresce e bate novo recorde

ROSANA HESSELFERNANDA STRICKLAND*

Um dia após o Ministério da Economia divulgar que a criação de vagas formais de trabalho, em abril, ficou abaixo da expectativa, com a abertura de 120,9 mil postos com carteira assinada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou números recordes de trabalhadores procurando emprego - quase 15 milhões - e de pessoas que caíram no desalento, ou seja, que gostariam de trabalhar, mas desistiram de continuar a busca. São seis milhões nessa condição.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o total de desempregados no trimestre encerrado em março último alcançou 14,8 milhões - o maior patamar da série histórica do IBGE iniciada em 2012. Isso representa aumento de 1,956 milhão de pessoas sem um trabalho fixo ou formal, ou de 15,2%, sobre o total de desocupados no mesmo período de 2020, que era de 12,9 milhões. Diante disso, a taxa de desemprego ficou em 14,7% da força de trabalho contabilizada na pesquisa, de 100,4 milhões de pessoas. O percentual ficou levemente acima da projeção do mercado, de 14,6%, e foi o maior em qualquer base de comparação trimestral do IBGE na série histórica. Na avaliação do economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, o dado não surpreende, porque revela a realidade do país: endividadas, as empresas não conseguem manter os empregados e, com isso, cai o número de postos de trabalho, formal e informal. "A taxa de desemprego a ser observada é a da Pnad. Ela é mais coerente com a realidade do que está acontecendo no país em mais de um ano de pandemia", disse. Segundo Vale, o cenário para quem procura emprego não deverá melhorar muito neste ano, nem no próximo, apesar das recentes projeções otimistas de crescimento da economia. "Todo mundo fala e, de fato, ainda vai acontecer uma terceira onda da covid-19, e o empregador, que está endividado, vai ter que fechar ou demitir", alertou. "O emprego formal e o informal estão caindo, e não vejo melhora a curto prazo. A taxa de desemprego, no fim do ano, deverá continuar acima de 14% e, no ano que vem, em torno de 13% ou um pouco abaixo, mas ainda muito alta." A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, lembrou que o desemprego recorde apontado na Pnad reflete, em parte, os efeitos sazonais do mercado de trabalho e as restrições ao funcionamento das atividades por conta da segunda onda da pandemia. Para ela, no entanto, a maior resiliência da atividade econômica esperada para este

ano e a renovação de políticas anticíclicas, com destaque ao programa do Benefício Emergencial para a Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), reeditado no fim de abril, "devem permitir maior geração de vagas, amenizando a pressão dos desocupados sobre o mercado de trabalho".

Pelas estimativas da consultoria, que prevê expansão de 4% no Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano, a taxa de desemprego continuará alta neste ano, encerrando dezembro em 14%, "tendo em vista o elevado contingente de inativos no país (e em situação de desalento), com perspectivas de buscarem colocação após maior controle da pandemia".

Subutilizados

Além do número recorde de desempregados e desalentados, os dados do IBGE mostram que a taxa de subutilização ficou em 29,7%, totalizando 33,2 milhões de pessoas. E que o desemprego foi puxado pelas regiões mais pobres, que registram números acima da média nacional. No Norte e no Nordeste, as taxas de desocupação ficaram em 14,8% e 18,6%, respectivamente.

Mulheres, negros e pardos enfrentam mais dificuldades para arrumar emprego. Apesar de serem a maioria da população em idade de trabalhar, as mulheres são minoria entre as pessoas ocupadas (43,3%). No primeiro trimestre, a taxa de desemprego ficou em 12,2%, para os homens, e em 17,9%, para as mulheres.

Elas também representavam 54,5% da população que está em busca de emprego. É o caso da bióloga Amanda Mendes Pereira, 25 anos, que está há um ano e meio procurando vaga na sua área, sem muito sucesso. "Como ainda moro com meus pais, não estou passando dificuldades, porém é desmotivador", afirmou. *Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

5,6 milhões de trabalhadores passam para grupo de subutilizados em um ano

Leonardo Vieceli *rio de janeiro*

Em um ano, 5,6 milhões de pessoas passaram a integrar o grupo dos trabalhadores subutilizados no país, indicam números divulgados nesta quinta-feira (27) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com o aumento, a parcela de profissionais nessa condição chegou ao total de 33,2 milhões no primeiro trimestre deste ano. É a maior marca já registrada na série histórica da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), iniciada em 2012.

Os subutilizados contemplam três categorias: os desempregados, os subocupados, que trabalham menos do que 40 horas semanais e a força de trabalho potencial (quem gostaria de atuar, mas não baseou vagas ou não estava disponível para preenchê-las por diferentes motivos).

Na prática, o indicador serve para medir a falta de emprego ou o desperdício de mão de obra no país.

No primeiro trimestre de 2020, o total de subutilizados era de 27,6 milhões. Segundo economistas, a elevação reflete os impactos da pandemia. Além de reduzir oferta de vagas, a Covid-19 fez mais pessoas trabalharem menos do que o desejado ou não procurarem oportunidades.

Durante a crise sanitária, por exemplo, o governo federal apostou em programa que permitiu o corte de jornada e salários para conter a destruição de empregos.

"O que mais surpreendeu negativamente [na pesquisa] foi o avanço da subutilização da mão de obra", afirma o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez.

No primeiro trimestre deste ano, os 33,2 milhões de subutilizados estavam divididos em 14,8 milhões de desempregados, 7 milhões de subocupados e 11,4 milhões de pessoas na força de trabalho potencial

O número de desempregados também chamou a atenção por ter voltado a subir, alcançando o nível mais alto da série. No início do ano passado, o país

tinha 12,9 milhões de pessoas nessa condição. Um trabalhador é considerado desempregado quando está sem ocupação e segue em busca de novas oportunidades.

"Há um grande desemprego escondido. Não é por causa da base de dados. Está escondido porque há um grande contingente que estava trabalhando e deixou seu emprego, mas, em vez de procurar nova vaga, ficou em casa por diferentes razões", observa o economista Daniel Duque, pesquisador do FGV Ibre.

Para Duque, a tendência é que mais pessoas voltem a buscar trabalho nos próximos meses. Assim, a perspectiva é de novas pressões na taxa de desocupação, estimada em 14,7% entre janeiro e março, outro recorde da série.

Sanchez tem opinião semelhante. "Diria que a situação ainda vai se revelar pior antes de começar a melhorar. Mas, com a recuperação gradativa da economia, o mercado de trabalho pode ter retomada", diz o economista.

Nesta quinta, o IBGE também divulgou a Pnad Contínua trimestral. Essa pesquisa, publicada a cada três meses, traz recortes sobre grandes regiões, unidades da Federação e regiões metropolitanas, além dos dados nacionais.

Conforme o levantamento, o desemprego foi puxado por duas das grandes regiões: Norte, onde a taxa passou de 12,4%, no último trimestre de

2020, para 14,8%, no primeiro trimestre de 2021, e Nordeste, onde o indicador pulou de 17,2% para 18,6%.

Houve avanço no indicador de desocupação em oito unidades. Os maiores aumentos em pontos percentuais foram registrados no Tocantins (de 10,5% para 16,3%), no Pará (de 10,8% para 13,7%), no Maranhão (de 14,4% para 17%) e no Piauí (de 12% para 14,5%).

Em 2020, estados do Norte e do Nordeste foram impactados pelas transferências do auxílio. A suspensão do benefício, no primeiro trimestre de

2021, é apontada por especialistas como um dos

motivos que levaram mais pessoas à busca por emprego.

"O auxílio é uma transferência de renda que tende a dinamizar a economia. Sem dúvida, ao ser retirado, esse recurso tem impacto no mercado de trabalho. É uma consequência natural", aponta o economista Daniel Duque, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

A taxa de desemprego por sexo foi de 17,9% para as mulheres, maior do que a dos homens (12,2%).

No recorte por cor ou raça, o indicador ficou abaixo da média nacional para brancos (11,9%) e acima para pretos (18,6%) e pardos (16,9%).

Economistas consideram que a retomada consistente do mercado de trabalho depende em grande parte da reação do setor de serviços, que responde por 70% do **PIB** e é o maior empregador do país.

Na crise sanitária, serviços foram prejudicados, incluindo bares, restaurantes e hotéis.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

41

Qual foi o impulso fiscal de 2020? (2)

Nelson Barbosa Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Keynes dizia que, apesar de parecer simples, economia é assunto técnico e especializado. Lembrome disso porque, na semana passada, o Ministério da Economia divulgou um relatório dizendo que o estímulo fiscal de 2020 foi de apenas 0,2% do **PIB** (R\$ 16 bilhões a preços de hoje).

Em contraste com o resultado acima, o mesmo Ministério da Economia informa que, em 2020, houve um gasto adicional de R\$ 524 bilhões (7% do **PIB**) no combate à Covid e suas consequências econômicas.

Onde está a inconsistência? Na confusão entre estímulo fiscal e resultado fiscal estrutural. Vamos por partes.

O resultado do governo mede a diferença entre receitas e despesas. Como o governo paga e recebe juros que não estão diretamente sob seu controle, a maioria de nós, economistas, se concentra no resultado sem juros (primário) para avaliar a política fiscal.

Quando o resultado primário sobe, dizemos que a política é contracionista (impulso negativo). Quando

o oposto acontece, dizemos que a política fiscal é expansionista (impulso positivo).

É possível ter política fiscal contracionista com déficit, se o déficit estiver caindo. É possível ter política fiscal expansionista com superávit, se o superávit estiver caindo. Fazendo analogia popular, a pessoa pode perder peso e continuar gorda. Para medir o esforço, analisamos a variação de peso.

Agora a parte mais complicada: a política fiscal afeta e é afetada pelo que acontece na economia. Quando entramos em recessão, a receita tributária desacelera e o gasto primário aumenta. Na expansão, acontece o contrário.

Para saber se a política fiscal é expansionista ou contracionista, precisamos descontar o efeito do nível de atividade nas contas públicas.

O resultado do governo sem efeito do ciclo econômico é chamado de "resultado estrutural", ou quanto seria o superávit ou déficit se a economia estivesse operando

no seu potencial.

Em países como o Brasil, onde commodities são importantes para renda, **inflação** e câmbio, acrescenta-se uma medida de quanto os preços internacionais de produtos primários estão acima ou abaixo de sua tendência de longo prazo, de modo a retirar esse efeito do resultado estrutural do governo.

O que dizem os números? Segundo o Ministério da Economia, o déficit primário do governo aumentou de 0,84% do **PIB**, em 2019, para 9,44% do **PIB**, em 2020. Houve, portanto, impulso fiscal de 8,6% do **PIB** no ano passado.

Quando quebramos o resultado em fatores cíclicos e estruturais, o cálculo do governo diz que o efeito da recessão e commodities aumentou o déficit em 0,3% do **PIB**.

Dos 8,3 pontos restantes, 8,1 vieram de fatores temporários (restritos a 2020), e 0,2, de fatores permanentes (além de 2020). É com base no último número que o Ministério da Economia disse que houve impulso fiscal de apenas 0,2 ponto do **PIB** em 2020, mas isso é um erro.

O fato de uma medida fiscal ser temporária não significa que ela teve impacto zero no **PIB**. O auxílio emergencial de R\$ 600 por mês foi temporário, mas teve impacto significativo sobre a renda em 2020. O mesmo raciocínio vale para o auxílio de R\$ 78 bilhões a estados e municípios e outras ações.

A distinção entre medidas fiscais recorrentes e não recorrentes tem por objetivo separar o que é temporário do que é permanente, mas as duas coisas podem ter impacto no **PIB**. Já a distinção entre variação cíclica e estrutural tem por objetivo separar o que é efeito da economia na política fiscal do que é efeito da política fiscal na economia.

Fazendo a análise correta, nosso impulso fiscal foi bem elevado em 2020.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

41

Mais de 47% da população do Estado está endividada

Em Mato Grosso, 1,230 milhão de pessoas estão inadimplentes representando

quase metade (47,8%) da população adulta. Conforme a Serasa Experian, o saldo

cresceu, no último mês, com a entrada de 3,386 mil pessoas nos cadastros. Para

grande parte das famílias, as condições financeiras estão mais difíceis neste segundo ano de pandemia e muitas não conseguem manter nem mesmo as despesas

básicas e acabam atrasando contas de água e energia. **Inflação**, desemprego e

queda na renda explicam o aumento da inadimplência.
4A

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10566>